UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERUNIDADES EM INTEGRAÇÃO DA
AMÉRICA LATINA - PROLAM

LIA OLIVEIRA BRESSAN

Brasil: pretensões subimperialistas no Equador? –
uma breve análise econômica

Dissertação de Mestrado apresentada para
obtenção do título de Mestre no Programa de
Pós-Graduação em Integração da América
Latina da Universidade de São Paulo –
PROLAM/USP.

Orientador: Prof. Dr. Wagner Tadeu Iglecias

São Paulo
2012

FOLHA DE APROVAÇÃO

“Brasil: Pretensões Subimperialistas no Equador? – uma breve análise econômica.”

Dissertação de Mestrado apresentada para
obtenção do título de Mestre no Programa de
Pós-Graduação em Integração da América
Latina da Universidade de São Paulo –
PROLAM/USP.

Orientador: Prof. Dr. Wagner Tadeu Iglecias

APROVADO EM:

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Wagner Tadeu Iglecias

Escola de Artes, Ciências e Humanidade. Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Nilson Araújo de Souza

Universidade Federal da Integração
Latino-Americana – UNILA

Prof. Dr. Osvaldo Coggiola

Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas – FFLCH/USP

Dedico esse trabalho ao meu pai Nivaldo, a minha mãe Elenilda, a minha irmã Nara e ao meu noivo, João. Obrigada pelo incansável incentivo e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, o professor Wagner Iglecias, que acolheu minha pesquisa no Prolam e com paciência e elucidações importantes contribuiu de forma significativa para a evolução desse trabalho.

Sou muito grata ao apoio constante do professor Nilson Araújo de Souza que, desde a época da graduação, tem acompanhado meu desenvolvimento intelectual.

Agradeço aos companheiros da jornada ao Equador, o pessoal do grupo de pesquisa Nossa América. A experiência que tive, tanto durante as reuniões de trabalho, quanto durante os momentos de bate-papo informal foram essenciais para a consolidação da pesquisa.

Não posso deixar de agradecer meus colegas prolanianos, Rita Lima de Castro, Júlia Jacomini, Karina Fortete e Claudionor Damasceno pelas discussões valiosas e, principalmente, pela amizade.

Resumo

O potencial econômico conquistado pelo Brasil nos últimos anos reavivou o debate sobre a desejada superação do subdesenvolvimento do país. Recentes conquistas do setor econômico como em outras áreas, direcionam os holofotes mundiais na direção brasileira. Tal fato criou condições para uma melhor inserção internacional do país que, juntamente com outros países emergentes, buscam uma distribuição de poder que condiga com o poderio econômico que desenvolveram ao longo das últimas décadas. A proeminência regional do Estado brasileiro, contudo, faz com que algumas vozes sul-americanas enderecem ao Brasil possíveis intenções subimperialistas, como é o caso do Equador, país andino foco da presente pesquisa. O objetivo do trabalho é o de verificar a relação econômica entre Brasil e Equador sob o prisma da tese sobre o subimperialismo, desenvolvida por Ruy Mauro Marini durante a década de 1970.

Palavras-chaves: potência regional, dependência, integração regional, subimperialismo

Resumen

El potencial económico alcanzado por Brasil en los últimos años reavivó el debate sobre la deseada superación del subdesarrollo del país. Las últimas conquistas del sector económico como de otras áreas, llaman la atención mundial para Brasil. Este hecho creó condiciones para su mejor inserción internacional buscando, junto con otros países emergentes, una distribución de poder que esté de acuerdo con el poderío económico que desarrollaron a lo largo de las últimas décadas. Por otro lado, la prominencia regional del estado brasileiro, ha hecho con que algunas voces sudamericanas le atribuyan a Brasil, posibles intenciones subimperialistas, como es el caso de Ecuador, país andino, foco de la presente investigación. El objetivo del trabajo es verificar la relación económica entre Brasil y Ecuador sobre el prisma de la tesis desarrollada por Ruy Mauro Marini durante la década de 1970, sobre el subimperialismo.

Palabras claves: potencia regional, dependência, integración regional, subimperialismo.

Abstract

The economic power conquered by Brazil in recent years reascended the debate about the possibility of the underdevelopment overcoming. Recent successes in the economic field as well as in other sectors, placed Brazil in the centre of world's attention. This fact created conditions for a better international insertion for Brazil and other emergent countries whom search for a reasonable power balance, motivated by the latest economic achievements. The regional prominence of the Brazilian State, although, generates some diverged voices from other South American countries, particularly Ecuador. The intention of this thesis is to verify the economic relation between Brazil and Ecuador under the lens of the subimperialism theory, created by Ruy Mauro Marini during the 1970's.

Keywords: regional power, dependency, regional integration, subimperialism

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1 – PRECEDENTES E ALICERCES TEÓRICOS	11
1.1 - Brasil: avanços recentes e perspectiva regional.....	11
1.2 - Dependência e Subdesenvolvimento	17
1.3 - Sobre Imperialismo e Subimperialismo	22
CAPÍTULO 2 - O EQUADOR EM FOCO	41
2.1 – Breve histórico econômico do Equador	41
2.2 – Análise de dados quantitativos	49
2.2.1 – Os dados comerciais	49
2.2.2 – Os dados financeiros	58
2.2.3 – Os dados sociais	60
CAPÍTULO 3 – A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS	66
3.1 – A inserção internacional das companhias brasileiras	66
3.2 – A internacionalização da Petrobras	71
3.3 – O papel da Petrobras e o Estado brasileiro	75
3.4 A Petrobras na América do Sul: o caso do Equador	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
BIBLIOGRAFIA	87

LISTA DE ABREVIATURAS

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

ALCSA – Área de Livre Comércio Sul-Americana

ANP – Agência Nacional do Petróleo

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CASA – Comunidade Sul-Americana de Nações

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

FLACSO – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

FMI – Fundo Monetário Internacional

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

OCP – Oleoducto de Crudos Pesados S.A.

OEA – Organização dos Estados Americanos

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONG – Organização Não-Governamental

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PDVSA – Petróleos de Venezuela S.A.

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PSI – Política de Substituição de Importações

SMI – Sistema de Metas de Inflação

UNASUL – União das Nações Sul-Americanas

INTRODUÇÃO

Apesar dos esforços em vista a um aprofundamento da integração sul-americana, com o endosso do Estado brasileiro, através de iniciativas mais recentes como o Mercosul, e mais tarde a IIRSA e a UNASUL, a hipótese é de que o governo brasileiro, em comunhão com empresas brasileiras de grande porte, como a Petrobras, atuem de maneira a subimperializar os países da sub-região, mais especificamente o Equador. A busca por contratos assimetricamente favoráveis aos interesses do capital brasileiro em detrimento das necessidades locais, não se levando em conta danos maiores eventualmente sucedidos, como prejuízos ao meio-ambiente, ao bem-estar dos indígenas e a saúde das pessoas locais, parecem conter um matiz subimperialista.

É importante ressaltar que o presente estudo baseia-se nos escritos de Ruy Mauro Marini sobre a Teoria do Subimperialismo. Acreditamos ser possível analisar as relações econômicas recentes entre Brasil e Equador através do prisma dessa teoria. Apesar das diversas dimensões que o assunto possa abarcar, essa análise procurará focar na esfera econômica do fenômeno, mesmo que por vezes traga à tona pontos políticos, históricos ou de outra natureza. Tais pontos são, por vezes, necessários para contextualizar a análise de caráter econômico.

O objetivo da dissertação é descobrir se o Brasil, em conjunto com as companhias brasileiras, em especial a Petrobras, praticam uma política subimperialista no Equador, considerando o fluxo de seus investimentos e o comportamento da empresa no país, tendo como foco o período que, no Brasil, corresponde aos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva (1994 – 2010).

A metodologia utilizada na dissertação foi a pesquisa realizada através de diferentes materiais selecionados: livros, revistas, teses e artigos, tanto impressos quanto eletrônicos, assim como jornais e revistas periódicas. A literatura não se limitou à produção sul-americana, considerando-se assim alguns autores mundiais com pesquisas relacionadas ao assunto abordado. Como se trata de um trabalho de essência econômica, a coleta de dados quantitativos foi de grande importância para verificar a aplicabilidade da teoria. Os dados foram obtidos principalmente em *sites* oficiais como do Banco do Brasil e do MDIC, entre outros, que forneceram estimativas oficiais relevantes à pesquisa. As notas tomadas durante a

pesquisa de campo executada em Julho de 2010 com o grupo de estudos Nossa América, no Equador, também fez parte do trabalho final.

O primeiro capítulo traça um panorama recente do cenário brasileiro inserido em um contexto regional. Ele traz apontamentos sobre a situação de dependência da sub-região e do subdesenvolvimento reproduzido ali. Nele também são assinaladas algumas questões concernentes ao imperialismo, para em seguida apresentar-se o conceito de Subimperialismo.

O capítulo 2 trata do Equador, país de estudo, e apresenta um histórico recente do país andino, se atendo às principais questões desenvolvidas ao mesmo tempo em que mantém o foco no tema econômico. Em uma segunda parte, buscou-se analisar os dados quantitativos selecionados tendo em mente os elementos desenvolvidos na teoria subimperialista.

O terceiro e último capítulo trata da internacionalização da maior empresa do Brasil, a Petrobras, e da questão de seu duplo caráter estatal-privado. É nesse ponto que verificamos a experiência vivida pela Petrobras no Equador e os eventuais desentendimentos entre a direção dessa e o Estado equatoriano, culminando com a saída da empresa do país em 2010.

CAPÍTULO 1 – PRECEDENTES E ALICERCES TEÓRICOS

1.1 - Brasil: avanços recentes e perspectiva regional

O potencial econômico conquistado pelo Brasil nos últimos anos reavivou o debate sobre a desejada superação do subdesenvolvimento do país. As medidas econômicas de estabilização da moeda e controle da inflação, iniciadas nos governos de Fernando Henrique Cardoso e mantidas nos mandatos seguintes por Luiz Inácio Lula da Silva, foram essenciais para o acúmulo de reservas que permitiu a passagem relativamente tranqüila do país pela crise financeira de 2008, que ainda não se deixa esquecer em certas partes do globo.

O *boom* de *commodities* demandadas principalmente pela China na última década também influenciou positivamente as contas brasileiras, atrelado às importantes inovações tecnológicas atingidas no campo, fomentadas pelo intenso incentivo à pesquisa na área¹. A inserção de tecnologia na produção de produtos primários aumenta a eficiência e agrega valor a mercadoria, o que torna a situação do Brasil diferente da ocorrida em outros períodos históricos nos quais o país se consolidou como exportador de matérias-primas e, quase que inevitavelmente, importador de produtos industrializados, criando uma balança comercial freqüentemente desfavorável ao país.

A tendência atual de crescimento da demanda por produtos primários tende a levantar questionamentos, contudo, sobre se o Brasil estaria caindo na armadilha histórica que mais uma vez o consolidaria como um exportador de produtos primários baratos e importador de manufaturados de maior valor agregado. Esse papel de ator secundário, vítima das trocas desiguais do capitalismo, o levaria, no limite, a um processo de desindustrialização, assim advertem alguns acadêmicos².

Essa discussão remete-nos à teoria de Raúl Prebisch denominada ‘deterioração dos termos de troca’ e traz à tona a discussão de sua validade. Para o economista argentino, os preços dos produtos primários, em comparação aos preços dos produtos industrializados, caíam de forma gradual porém contínua, sendo necessários cada vez mais produtos primários para se adquirir uma mesma quantidade de produtos manufaturados (Prebisch, 2000).

¹ Ver site da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA – <http://www.embrapa.br/>

² **Ainda sobre os riscos da desindustrialização.** Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5404

Uma possível explicação para o fato é a baixa elasticidade-renda da demanda por bens primários. Isto quer dizer, supondo-se um aumento de renda, as pessoas tenderiam a consumir uma quantidade maior de produtos industrializados em detrimento do consumo de primários. Assim, países especializados em produtos primários estariam mais sujeitos a variações na renda mundial (Prebisch, 2000). Ainda considerando-se tal cenário recessivo, países exportadores de produtos primários sofreriam mais com os abalos econômicos se comparados a países onde o peso das exportações se concentra no setor secundário.

No entanto, é importante assinalar que o aumento da demanda por produtos primários impulsionada pelo país asiático possui características de um fenômeno temporário, provavelmente marcando um ponto fora da curva na teoria proposta por Prebisch.

Na questão econômico-social, as recentes taxas de redução da pobreza, intimamente ligadas a uma distribuição de renda menos desigual e ao crescimento do mercado consumidor interno, somam-se ao grupo das condições que proporcionam a atual fase de bonança que o país parece viver. A erradicação da pobreza extrema e a redução da fome constituem a primeira meta estipulada pela Organização das Nações Unidas, no programa que ficou conhecido como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio³. Não obstante, o Brasil logrou uma redução da pobreza extrema em torno de 20% da apresentada em 1990. De acordo com as medições internacionais, no ano de 2008 o país apresentava 4,8% da população nacional nesta situação, em comparação a cifra de 25,6% de 1990.

Contudo, apesar da contribuição atribuída ao crescimento econômico no que diz respeito à redução da pobreza, o principal fator que proporcionou esse feito foi a diminuição da desigualdade na renda dos brasileiros. Assim, estima-se que mais de 70% da queda nos níveis de pobreza estejam relacionados a uma menor desigualdade⁴. Essa informação é relevante pois confirma o efeito positivo causado por uma distribuição de renda mais igualitária, possível através da execução de políticas mais assertivas.

³ **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.** Disponível em: <http://www.pnud.org.br/odm/>

⁴ **A queda recente na desigualdade do Brasil.** Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/portugues/2007/Arbix.pdf>

Internacionalmente, o Brasil avançou um patamar em termos de segurança para investimentos financeiros, com a elevação da nota no *rating* das principais agências de risco⁵, e de devedor passou a ser credor do Fundo Monetário Internacional - FMI. Essa nova condição aponta para um amadurecimento do Brasil como ator do sistema financeiro, agregando maior confiabilidade aos investimentos feitos no país, além de proporcionar uma maior independência em termos da prática de políticas econômico-financeiras.

Outro ponto que contribuiu para a melhora relativa do Brasil frente aos indicadores econômicos de países sul-americanos e outros países em vias de desenvolvimento foi o aprofundamento da diversificação dos parceiros comerciais brasileiros. Apesar de manter fortes laços comerciais com parceiros históricos, como os Estados Unidos, o país incluiu em seu mapa comercial países da África e do Oriente Médio. Em Abril de 2009 a China passou, pela primeira vez, os Estados Unidos como principal parceiro comercial do Brasil⁶.

Tais avanços na esfera econômico-financeira contribuíram para uma ação política mais ambiciosa no cenário internacional, como a tentativa por parte do Brasil de mediar o embate entre os Estados Unidos, especialmente, e o Irã, no concernente ao desenvolvimento de energia nuclear⁷. Outro evento recente em que o país desempenhou o papel de mediador foi o golpe de Estado sofrido por Manuel Zelaya. A deposição foi condenada de imediato pelo Brasil que, em conjunto com a Organização dos Estados Americanos – OEA, tentou manejar o retorno de Zelaya ao poder. Em ambos os casos, o país adotou uma posição diferente da praticada pelos Estados Unidos, o que poderia significar uma atuação mais independente em termos de política externa⁸.

⁵ **Em meio à crise mundial, agência S&P eleva nota de crédito do Brasil.** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1008084-em-meio-a-crise-mundial-agencia-sp-eleva-nota-de-credito-do-brasil.shtml>

⁶ **China se torna principal parceiro comercial do Brasil.** Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=5¬icia=9041>

⁷ **Para analistas, Brasil se afirma no cenário global mesmo com sanções ao Irã.** Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/06/100609_iraanalistas_ac.shtml

⁸ **O Brasil pisou na bola em Honduras?** Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniaio/16775/o+brasil+pisou+na+bola+em+honduras.shtml>

Enquanto a questão sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e a provável inclusão do Brasil como membro permanente (e de outros países, como a Índia) não é definida, o Brasil busca se destacar na arena internacional em outros setores, como o esportivo. A escolha do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016 e a opção pelo Brasil para receber a Copa do Mundo de futebol em 2014 mostram a disposição do país em reforçar sua presença no cenário internacional.

Além de defender seus posicionamentos de forma mais assertiva, o país demonstra disposição em representar os interesses da América do Sul e, de forma mais ampla, da própria América Latina. Apesar de, com frequência, ter sido marginalizada nos estudos geopolíticos clássicos (Cairo, 2008), a sub-região latino-americana busca uma inserção internacional menos desigual, em outras palavras, uma redistribuição do poder global mais condizente com a nova realidade econômica. Nos dizeres de Huntington: O desenvolvimento econômico na Ásia e na América Latina está tomando menos nítida a dicotomia simples dos que ‘têm’ e dos que ‘não têm’ (HUNTINGTON, 1997, p-34).

Tal pretensão brasileira esbarra, no entanto, em certa desconfiança que alguns países da sub-região sul-americana parecem remeter ao Brasil (Ayerbe, 2008). O Brasil possui dimensão quase que continental, ocupando uma vasta parcela territorial da América do Sul, e desfruta da maior biodiversidade do mundo, de significativas reservas de água doce e de petróleo, além de responder por mais da metade do Produto Interno Bruto (PIB) e da população da região. A extensão de seu território também contribui para uma produção agrícola diversificada, dada a variedade de climas (ver tabela 1). Este fator contribui significativamente para posicionar o Brasil entre os maiores exportadores de produtos primários do mundo. Talvez características como essas apresentadas contribuam para as nações da região alimentarem uma possível desconfiança frente ao país.

Tabela 1: Brasil e América do Sul ⁹

País	Território (km2)	População *	PIB **
BRASIL	8,5 milhões	201,1 milhões	2,01 trilhões
Argentina	2,8 milhões	41,3 milhões	568,2 bilhões
Bolívia	1,1 milhões	9,9 milhões	45,5 bilhões
Chile	756,1 mil	16,7 milhões	243,2 bilhões
Colômbia	1,1 milhões	44,2 milhões	407,5 bilhões
Equador	283,6 mil	14,8 milhões	110,4 bilhões
Guiana	215,0 mil	748,5 mil	4,9 bilhões
Paraguai	406,7 mil	6,4 milhões	28,6 bilhões
Peru	1,3 milhões	30 milhões	251 bilhões
Suriname	163,8 mil	486,6 mil	4,5 bilhões
Uruguai	176,2 mil	3,5 milhões	44,0 bilhões
Venezuela	912,0 mil	27,2 milhões	348,8 bilhões

Fonte: CIA – The World Factbook¹⁰

Apesar de se diferenciar em tais fatores do restante dos países da América do Sul, as relações entre estes e o Brasil são basicamente de cunho pragmático (Cervo, 2007). A redemocratização ocorrida na maioria dos países da região na década de 1980 trouxe novo impulso ao debate político-diplomático entre as nações sul-americanas, visto que os processos de *policymaking* em nações democráticas tendem a ser mais transparentes, confiáveis e de mudanças políticas bruscas pouco prováveis (Armijo e Burges, 2009). Com a queda dos governos militares, portanto, torna-se mais provável a cooperação entre estes países.

⁹ Excluindo-se a Guiana francesa.

*estimativa: julho de 2010.

** estimativa: 2009.

¹⁰ Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>

Não obstante tal tendência à cooperação, não é fato consumado o apoio dos países sul-americanos a empreitada brasileira de se consagrar o país-líder da região, como ficou claro dada a posição contrária da Argentina a obtenção pelo Brasil de um assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Como ressalta Cervo (2007), historicamente Brasil e Argentina foram protagonistas de diversos desentendimentos. Com o passar das décadas, no entanto, a até então percepção argentina de rivalidade passou paulatinamente a ser de temor ante seu famigerado vizinho. Esse movimento se deu principalmente durante a década de 1990 e início dos anos 2000, por conta das constantes crises enfrentadas pelo país platino. Já a Venezuela, que durante boa parte de sua história esteve de costas para o restante da América do Sul e de frente para os Estados Unidos e países centro-americanos, viu-se compelida a buscar maior contato com seus vizinhos sul-americanos na busca pela diversificação de parceiros comerciais, visto o agravamento da crise econômica que assolou o país no início dos anos 1990.

É fato que o Brasil pode ser um interlocutor importante dos problemas oriundos da América do Sul, papel que deverá desempenhar se, de fato, consagrar-se como um líder regional. Conciliar os interesses dos países da região com seus próprios interesses também será uma tarefa importante, assim como fazer concessões de quando em quando em prol dos interesses regionais. Estas são funções que o Brasil deve estar disposto a desempenhar se continuar trilhando o caminho da liderança regional.

Segundo Guimarães (2005), apesar dos avanços significativos ocorridos sobretudo na última década, alguns dos quais expostos acima, o Brasil é ainda um país que sofre de carências sérias em áreas primordiais para seu desenvolvimento. Dentre elas estão os setores de educação, infra-estrutura, segurança, pesquisa. Os investimentos destinados a estes setores são, por vezes, maiores dos que outros países latino-americanos despendem mas ainda assim são consideravelmente inferiores aos aplicados por países desenvolvidos.

Outro ponto importante, além da quantidade de capital destinado a estes campos, é a qualidade do investimento. É imprescindível a realização de programas que comprovem eficácia em resultados qualitativos, para além da contagem do número de pessoas assistidas. Muitos dos investimentos, principalmente no setor de pesquisa por conta da falta da precisão nos benefícios dos resultados obtidos, terão implicações somente a longo prazo. Contudo, há de se começar agora (Guimarães, 2005).

Assim, procurou-se ressaltar pontos importantes que compõem, ainda que parcialmente, um quadro geral do Brasil nos primeiros anos do século XXI. Este breve panorama não tem a ambição de abarcar todos os temas brasileiros relevantes mas apenas os valiosos para essa pesquisa. Tal retomada da história recente contribui na formação de um cenário do tempo histórico em estudo. Mais à diante, destacam-se dois conceitos que precedem a formulação do conceito de subimperialismo, teoria chave nesse trabalho.

1.2 - Dependência e Subdesenvolvimento

Pode-se dizer que dependência e subdesenvolvimento são conceitos intimamente ligados e que, na maioria das situações experimentadas ao longo dos anos por determinados países, também co-existem. Assim, é necessário um retorno à história para se compreender as contribuições mais significantes que esses conceitos trazem ao entendimento das questões econômicas atuais da América do Sul.

O desenvolvimento desigual existente entre diferentes porções do globo torna-se evidente frente à consolidação do modo capitalista de produção. Contudo, ainda na dinâmica do sistema colonial mercantilista, é possível observar o mundo dividido entre países ‘exploradores’ e ‘explorados’, ou seja, entre metrópoles, as potências européias, e as colônias, extensas porções de terras que iam desde as Américas até os continentes africano e asiático. Neste período da história a desigualdade já era realidade porém ainda não se poderia notar uma situação de dependência, embora a primeira leve mais tarde à segunda (Marini, 2000).

Com o decorrer dos séculos, a dinâmica econômica torna-se mais intensa, e as diferenças entre as metrópoles e as futuras nações, mais nítidas. O desenvolvimento desigual entre estes espaços econômicos se vê aprofundado pelo advento da industrialização, que se tornou possível essencialmente pelas mudanças produzidas no seio da revolução industrial inglesa na segunda metade do século XVIII. Para adquirir mercadorias manufaturadas, as colônias deveriam produzir uma quantidade significativamente maior de produtos primários, dada a diferença de valor entre eles. O intercâmbio desigual produzia, portanto, um desequilíbrio na balança comercial das colônias, que se mantinha continuamente deficitária (Marini, 2000).

Cria-se então uma divisão internacional do trabalho em que os países industrializados tornam-se grandes acumuladores de capital e os países agrários, importadores assíduos destes produtos manufaturados, assim como de capital. Como destaca Ruy Mauro Marini, é

importante observar a contribuição da América Latina no processo de revolução industrial ocorrido nas metrópoles. Como fornecedora de produtos primários, incluso alimentos, aos países em processo de industrialização, possibilitou a estes uma dedicação quase exclusiva a indústria nascente, visto que podiam adquirir pelo comércio exterior alimentos que antes precisavam produzir. Este fato trouxe incremento significativo ao processo industrial, tornando-o mais eficiente e rápido.

O forte incremento da classe operária industrial,..., não teria podido ter lugar se estes (países centrais) não tivessem contado com os meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos. Foi isto que permitiu aprofundar a divisão do trabalho e especializar os países industriais como produtores mundiais de manufaturas (MARINI, 2000, p-111)

O desenvolvimento desigual entre estes dois blocos torna-se mais complexo com o tempo, muito embora não perca suas características originais. O dualismo metrópole-colônia ganha novos contornos com o conceito centro-periferia que, embora criado anteriormente, foi resgatado e aprimorado por autores como Raúl Prebisch e Celso Furtado, entre outros estudiosos, como instrumento para o estudo da dependência estrutural latino-americana. Neste conceito, o sistema mundial é dividido entre o centro industrializado e desenvolvido, as antigas metrópoles, e a periferia agrícola e subordinada ao centro, anteriormente colônias. O intercâmbio desigual inerente a dinâmica cria um excedente de capital nos países centrais configurando-se, então, a chamada dependência, que é “entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.” (MARINI, 2000, p-109).

Segundo Marini, o cerne da situação de dependência reside na superexploração do trabalhador da periferia. Isto ocorreria pois o excedente econômico gerado pelas empresas transnacionais é drenado para o país central, forçando os salários locais para baixo como forma de granjear um lucro que permita simultaneamente enviar parte desse valor ao exterior, assim como investir parte internamente, na planta local.

Os baixos salários contribuem para a formação de um mercado consumidor interno restrito, incapaz de absorver em sua totalidade a produção de manufaturas de tais empresas. Assim, os empresários dos países com uma parque industrial mais desenvolvido vêm nas populações de países vizinhos consumidores em potencial capazes de dar vazão à sua produção industrial. Então, uma parte significativa da produção é direcionada ao mercado externo, tornando os países de economias mais desenvolvidas da região latino-americana

dependentes do mercado consumidor de seus vizinhos, frente à incapacidade de absorção da produção pelo mercado local. Aos olhos de Marini, a única solução possível para a superação do subdesenvolvimento vividos pelos países latino-americanos seria o rompimento com as relações de dependência. (Marini, 2000).

Outro teórico importante que pensou a dependência foi o sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Cardoso e Marini protagonizaram debates acadêmicos acalorados e críticas recíprocas às obras de ambos. O ponto latente da discussão residia no fato de Marini considerar possível o desenvolvimento dos países latino-americanos somente frente ao rompimento com a dependência, em outras palavras, com o sistema econômico que nutria tal dinâmica. Cardoso, ao contrário, vislumbrava a possibilidade de haver desenvolvimento nos países de economias mais avançadas mesmo estes mantendo a dependência dos países centrais, o que chamou de Desenvolvimento Dependente-Associado (Cardoso e Faletto, 2004).

Acreditamos que a compressão da situação atual dos países industrializados e dependentes da América Latina requer a análise dos efeitos do que chamamos de “internacionalização do mercado interno”, expressão que caracteriza a situação que responde a um controle crescente do sistema econômico das nações dependentes pelas grandes unidades produtivas monopolísticas internacionais.

A novidade da hipótese não está no reconhecimento da existência de uma dominação externa – processo óbvio – mas na caracterização da forma que ela assume e dos efeitos distintos, com referência às situações passadas, desse tipo de relação de dependência sobre as classes e o Estado. Salientamos que a situação atual do desenvolvimento dependente não só supera a oposição tradicional entre os termos desenvolvimento e dependência, permitindo incrementar o desenvolvimento e manter, redefinindo-os, os laços de dependência, como se apóia politicamente em um sistema de alianças distinto daquele que o passado não assegurava a hegemonia externa (CARDOSO E FALETTTO, 2004, p-181).

Como menciona Bielschowsky (2000), a criação da Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL, em 1948, inaugura tais discussões e marca um ponto de inflexão relevante na busca pela compreensão da dependência e do subdesenvolvimento. Até então, o pensamento econômico dominante importado dos países centrais, preconizava os benefícios da adoção do princípio de vantagens comparativas¹¹. De acordo com esta teoria, os países deveriam especializar-se na produção daquilo em que é mais eficiente pois o faria em menos

¹¹ Este princípio formulado por David Ricardo e apresentado em sua obra intitulada *The Principles of Political Economy and Taxation*, de 1817.

tempo e com menores custos de produção. Assim, no comércio internacional estas mercadorias seriam intercambiadas e obter-se-ia outros produtos que não da produção local.

Dando conta deste raciocínio, caberia aos países periféricos, incluindo-se os da América Latina, a produção de produtos primários, enquanto os países centrais, principalmente os europeus e mais tarde os norte-americanos, ficariam incumbidos de prover o mundo com seus produtos manufaturados. Conforme explicitado anteriormente, a diferença no valor destas mercadorias com relações as primeiras manteria a balança comercial latino-americana sempre em desvantagem, aprofundando a situação de dependência (Bielschowsky, 2000).

Outra teoria equivocada vinda do centro considerava o subdesenvolvimento como uma etapa necessária para se atingir o desenvolvimento (Furtado, 2009). Tal pensamento ‘etapista’ desconsiderava o fato de os próprios países desenvolvidos não haverem passado por esta fase. Nas palavras de Celso Furtado: “O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento”. (FURTADO, 2009, p-11).

Frente a isso, alguns intelectuais latino-americanos viram-se compelidos a estudar a realidade de subdesenvolvimento na qual se encontrava a região e a produzir novas teorias, que dessem conta de explicar o fenômeno a partir de uma perspectiva periférica. Assim, a América Latina começava a procurar soluções para seus próprios dilemas, estes pela primeira vez entendidos desde uma ótica local.

Na busca pelo entendimento destaca-se o material produzido no âmbito da CEPAL. OS estudiosos da região davam-se conta de que os benefícios da especialização tinham validade teórica, contudo não condiziam com a realidade. Os frutos do progresso técnico, em lugar de serem distribuídos de maneira equitativa como anunciava a premissa, deslocavam-se em sua maioria aos países industrializados, restando apenas uma pequena parte nos países produtores de produtos primários.

Para vencer o desequilíbrio, restava aos países latino-americanos industrializar-se. O processo de industrialização não era visto como um fim em si mesmo mas objetivava a elevação dos padrões de vida da população. Sua realização também não dispensava a produção de produtos primários, já que para adquirir maquinários para as novas indústrias

necessitariam importá-los, e para tanto as divisas adquiridas na venda de produtos primários no comércio internacional seriam essenciais (Bielschowsky, 2000).

Contudo, já na segunda metade da década de 1950 era latente a diminuição na capacidade de importar dos países da região, visto a situação restritiva em que se encontrava o cenário internacional. Frente à grande dependência da importação de bens de capital, foi elaborado o que ficou conhecido como Política de Substituição de Importações - PSI (Versiani, 1987). Com a idéia de produzir internamente o que antes era comprado do exterior, contrariava-se claramente o princípio das vantagens comparativas, indo de encontro à lógica da eficiência. Porém, foi a saída encontrada pelos pensadores locais.

A Política de Substituição de Importações fez progressos importantes mas mostrou traços de esgotamento nos primeiros sintomas do que posteriormente seria conhecido como a década perdida. Talvez o equívoco tenha sido, desde o início, seus formuladores não terem considerado o princípio da indústria nascente. Segundo Mill (1983), medidas protecionistas seriam aceitas por um determinado período de tempo, até as empresas tornarem-se capazes de competir de forma mais justa com as indústrias já consolidadas. Mesmo parte dos economistas clássicos considerava importante o protecionismo no contexto da indústria nascente, como o próprio John Stuart Mill:

O único caso em que, com base em meros princípios de Economia Clássica, são defensáveis as taxas protecionistas, é quando são impostas em caráter temporário (sobretudo em um país jovem e que está crescendo), na esperança de nacionalizar a empresa estrangeira, que é em si mesma perfeitamente adequada para as circunstâncias do país. A superioridade de um país sobre outro, em um ramo de produção, muitas vezes vem apenas do fato de ter começado antes. Pode ser que não haja nenhuma vantagem intrínseca de um lado, ou desvantagem do outro, mas apenas uma superioridade momentânea de habilidade e experiência adquiridas. Um país que ainda não adquiriu essa habilidade e essa experiência pode sob outros aspectos ser mais adequado para essa produção do que aqueles que começaram antes no ramo (MILL, 1983, p-381).

1.3 - Sobre Imperialismo e Subimperialismo

Para este tópico, foram escolhidos para exposição alguns dos preceitos essenciais para a construção dos alicerces teóricos, com os quais se pretende sustentar a dissertação até sua conclusão. Assim, tratar-se-á, neste primeiro momento, da exposição das principais ideias de autores clássicos acerca do advento do imperialismo. Posteriormente ao desenrolar de contribuições de Vladimir Lênin, Maurice Dobb, Paul Baran e Paul Sweezy, concernentes ao imperialismo, discorrer-se-á sobre a Teoria do Subimperialismo, proposta pelo economista brasileiro Ruy Mauro Marini.

A análise da teoria do imperialismo se faz necessária para uma melhor compreensão do conceito que deriva desse primeiro e que será instrumento relevante para o desenrolar dessa pesquisa. Em outras palavras, faz-se necessário uma breve passagem pelos estudos sobre essa fase específica do capitalismo para que se chegue com mais segurança ao conceito de subimperialismo.

Em sua obra *O Imperialismo, etapa superior do capitalismo*, Vladimir Lênin¹² discorre criticamente sobre a formação do que considera a etapa do capitalismo monopolista, em sua fase mais recente, quando o mundo inteiro se encontra repartido entre os grandes grupos capitalistas internacionais (Lenine, 2005).

A segunda obra a ser analisada é da autoria de Paul Baran e Paul Sweezy. A obra em questão é *Capitalismo Monopolista*, que se diz ‘ensaio’ mas traz importantes considerações acerca da ordem econômica e social estadunidense. A obra não se limita aos assuntos puramente econômicos porém aborda, inclusive, aspectos da sociedade em tal fase do capitalismo. Aqui, porém, serão consideradas as observações de cunho econômico, essencialmente, e que podem contribuir ao conjunto da presente dissertação.

Logo no início, é importante um esclarecimento sobre a definição de monopólio, termo utilizado por diversas vezes nessa composição e que, se interpretado de maneira diferente da proposta, poderá causar confusões. A explicação tradicional de monopólio se refere a uma situação na qual apenas uma empresa ou um vendedor tem o controle total sobre a oferta de um determinado produto no mercado. De acordo com tal definição, não haveria concorrentes para essa mercadoria, restando ao único vendedor definir seu preço. Portanto,

¹² Em versão portuguesa, Lenine. Para ficar de acordo com a bibliografia, utilizaremos Lenine ao lugar de Lênin;

este vendedor, munido de informação completa, teria condições de definir de maneira eficiente o preço e a quantidade da produção que lhe proporciona o maior lucro possível.

Porém, a empresa monopolista a qual este trabalho se refere não se encaixa nesta definição. Ela é, na realidade, uma de várias empresas que fazem parte de um mesmo setor ou que produzem mercadorias semelhantes. Então, haveria disponível no mercado uma variedade de produtos muito parecidos, fabricados por diferentes empresas e, possivelmente, de valores diferentes. Assim, mesmo de posse da mais completa informação capaz de, em teoria, conduzir uma empresa monopolista a maximização dos lucros, apenas uma delas não é capaz de definir o preço de sua mercadoria que a levaria a obter o maior lucro possível, pois esta escolha é influenciada pelas variações de preços das outras empresas concorrentes.

Explicado isso, é válido mencionar que o regime de monopólios é precedido pela situação de livre-concorrência. Lenine (2005) inicia suas considerações sobre a evolução do capitalismo ao considerá-lo um sistema naturalmente contraditório, ou seja, que prega e tem como uma de suas características fundantes a livre-concorrência sendo que, com o passar dos anos, esta mesma livre-concorrência transforma-se em monopólios, e não sendo eliminada completamente acaba coexistindo com os monopólios e, por vezes, entrando em conflito com eles.

Durante a fase embrionária do sistema capitalista, o termo capitalismo chega a ser utilizado, equivocadamente, como sinônimo de *laissez-faire*¹³, expressão esta que propaganda a auto regulação dos mercados, sem haver a necessidade de interferência externa, como destacou Maurice Dobb (1977), em sua obra intitulada *A Evolução do Capitalismo*:

[...] o Capitalismo se identifica com um sistema de empresa individual sem obstáculos, sistema em que as relações econômicas e sociais são governadas por contrato, onde os homens são agentes livres na busca de sua subsistência, achando-se ausentes quaisquer compulsões e restrições legais. Com isso, o Capitalismo é tornado virtualmente em sinônimo de um regime de *laissez-faire* e, em alguns usos do termo, de um regime de concorrência. (DOBB, 1977, p-14).

Assim, em uma situação em que prevalece no mercado um regime de livre-concorrência, os primeiros sinais do que se convencionou chamar de fase monopolista começam a despontar. A concentração da produção, atrelada à evolução tecnológica e à conseqüente introdução de maquinários cada vez mais eficientes na rotina das fábricas são particularidades que fazem referência a esta primeira fase do capitalismo. Os novos

¹³ Deixar fazer, tradução livre.

equipamentos, cada vez mais eficientes, aceleram o processo de produção em sua totalidade: diminui-se o tempo de fabricação e, portanto, o valor final do bem fabricado. Por outro lado, as inovações criam uma mão-de-obra excedente, já que o maquinário moderno acaba por substituir uma parte relevante do trabalho humano (Lenine, 2005).

Contudo, não são todas as empresas que participam deste processo de introdução de novas tecnologias nas fábricas, e as que não o fazem tornam-se menos eficientes, com maior tempo de produção das mercadorias e custos mais elevados, perante as empresas que se modernizaram. Este desnivelamento de eficiência torna-se cada vez mais significativo, no decorrer do tempo, e a livre-concorrência reinante entre empresas que se adaptaram às inovações do capitalismo e as que não se adaptaram, se torna insustentável para estas últimas. Paulatinamente, as empresas ineficientes falem, e as mesmas vão sendo compradas pelas empresas que passaram por este processo de modernização do sistema produtivo (Lenine, 2005).

Assim como Lenine, Sweezy e Baran (1974) destacam a importância da introdução de tecnologia no processo produtivo, no entanto, não se preocupam em investigar possíveis consequências desta evolução tecnológica. Ao se proporem a criar um modelo do capitalismo monopolista, os autores ressaltam que um modelo é sempre algo irreal mas que, sendo bons, podem ajudar no entendimento da realidade. Essa dinâmica de inserção de novas tecnologias e a consequente quebra das empresas que se tornam obsoletas, resulta no surgimento de empresas cada vez maiores, que dispõe de uma parte, cada vez mais considerável, da produção nacional sob seu domínio.

[...] ao chegar a um determinado grau do seu desenvolvimento, a concentração, por si mesma, por assim dizer, conduz diretamente ao monopólio, visto que, para umas quantas dezenas de grandes empresas, é muito fácil chegarem a acordo entre si e, por outro lado, as dificuldades da concorrência e a tendência para o monopólio nascem precisamente das grandes proporções das empresas. Essa transformação da concorrência em monopólio constitui um dos fenômenos mais importantes – para não dizer o mais importante – da economia do capitalismo nos últimos tempos (LENINE, 2005, p-18).

As grandes empresas que, aos poucos, se aglutinam em grupos cada vez maiores, dispõem de diversas vantagens as quais não estão disponíveis da mesma forma para as empresas menores. Além de ter boa parte da produção do país sob seu jugo, as grandes empresas tem acesso a matérias-primas mais baratas que contribuem na diminuição do valor final dos bens produzidos, assim como maior capacidade de lograr acordos vantajosos, seja com bancos ou com outras instituições com as quais necessita negociar. Tais prerrogativas são

possíveis basicamente por conta do poderio econômico que estas empresas exercem e, conseqüentemente, a influência crescente que acabam por desempenhar.

Outra possibilidade recorrente às grandes empresas é a sua união com firmas de ramos diferentes mas que fazem parte da mesma cadeia produtiva, sob uma mesma companhia. A estas se dá o nome de empresas mistas ou combinadas, que acabam por controlar desde a extração da matéria-prima, passando pelas diversas fases da produção, até finalmente o transporte da mercadoria pronta. Empresas combinadas ou mistas são tidas como mais competitivas e de lucros mais estáveis se comparadas às empresas simples (não combinadas), quando a reunião se dá entre empresas do mesmo ramo, segundo Lenine (2005).

Vale lembrar que a situação de monopólio, conduzida pela concentração da produção e, anteriormente a esta, possível pela existência da livre concorrência, foi descrita por Karl Marx em *O Capital*. Contudo, em uma época em que se prevalecia a ideia de que a livre-concorrência era algo natural, tal lógica foi pouco disseminada. Foi apenas com o transcorrer das décadas que o monopólio foi visto como algo real (Lenine, 2005).

Paul Sweezy e Paul Baran (1974) ressaltam a relevante contribuição dada por Lenine ao pensamento marxista ao dotar, do devido peso, a presença dos monopólios nas economias centrais. Economistas anteriores a Marx, e mesmo o próprio Marx, consideravam os monopólios como elementos adjacentes na análise do capitalismo, remanescentes da época mercantilista, sendo necessário deixá-los de lado para uma análise mais clara do sistema capitalista. Mas diferentemente dos economistas clássicos, Marx percebeu a tendência à concentração do capital em um regime de livre-concorrência.

Na fase do capitalismo monopolista, são as grandes empresas que reinam soberanas e se comportam de forma similar aos monopólios tradicionais presentes anteriormente no sistema mercantilista:

Hoje, a unidade econômica típica na sociedade capitalista não é a firma pequena que fabrica uma fração desprezível de uma produção homogênea, para um mercado anônimo, mas a empresa em grande escala, à qual cabe uma parcela significativa da produção de uma indústria, ou mesmo de várias indústrias, capaz de controlar seus preços, o volume de sua produção e os tipos e volumes de seus investimentos. A unidade econômica típica, em outras palavras, tem os tributos que foram outrora considerados como exclusivos dos monopólios. É impossível, portanto, ignorar o monopólio ao construirmos nosso modelo de economia, e continuar tratando a concorrência como o caso geral: numa tentativa de compreender o capitalismo em sua fase monopolista, não nos podemos abstrair do monopólio ou introduzi-lo como

um simples fator modificante – devemos colocá-lo no centro mesmo do esforço analítico. (BARAN E SWEEZY, 1974, p. 15-16).

A escolha, pelos dois autores, dos Estados Unidos como país de análise se justifica pelo fato da nação ser a forma do capitalismo monopolista em sua etapa mais desenvolvida. Assim, esta sociedade pode servir de base analítica a outras economias monopolistas, compartilhando características mas preservando, todavia, particularidades.

Dessa forma, o período compreendido entre os anos de 1870 a 1890 assistiu ao grande desenvolvimento dos monopólios. A princípio, tratava-se de um fenômeno aparentemente passageiro, uma forma conveniente de tentar superar a crise de 1873, que assolou os países centrais. Neste período, os cartéis eram ainda incipientes e eram encarados apenas como um artifício para se sobreviver à crise. No entanto, entre finais do século XIX e início do século XX, o costume em se celebrar acordos entre empresas do mesmo setor para se combinar preços, dividir fatias do mercado, entre outras atividades, se tornava um dos pilares da vida econômica e uma premissa importante na transformação do capitalismo em imperialismo (Lenine, 2005).

A consolidação dos trustes¹⁴, em paralelo ao advento dos cartéis, também desempenhou um papel importante na formação do capitalismo monopolista. As associações monopolistas passam a controlar as fontes de matérias-primas, a mão-de-obra qualificada (essencial para o desenvolvimento de novas técnicas que influenciam diretamente na melhora do processo produtivo), assim como os meios de transportes e de comunicação.

A adoção desses mecanismos acaba por negar a livre-concorrência e torna a dinâmica capitalista mais complexa. Assim, se uma determinada empresa decide baixar os preços de um determinado produto, a fim de aumentar as vendas e, conseqüentemente, seus lucros, esta ação tem impacto nas empresas concorrentes, que perdem consumidores para a primeira. As empresas concorrentes, para não ver suas vendas diminuídas, acabam por baixar também seus preços, por vezes abaixo do que a primeira empresa havia definido inicialmente. Este exemplo singelo mostra como uma empresa pode obter o efeito contrário ao que havia planejado de início quando a companhia se encontra em um regime monopolista. (Baran e Sweezy, 1974).

¹⁴ Do termo em inglês, *trust*, que significa a celebração de acordos entre empresas com a finalidade de controle de preços e restrição de concorrência.

No entanto, essa situação de concorrência de preços durou o tempo suficiente para que os grandes vendedores percebessem que poderiam lucrar mais se agissem de outra forma, o que gradualmente se convencionou em uma combinação de preços. Assim, a incerteza era eliminada do jogo de apostas racionais do mundo dos negócios e o objetivo de todas as empresas concorrentes passava a ser a da maximização dos lucros do grupo como um todo, e não apenas em benefício próprio.

Em alguns países, os vendedores podem formar, e são mesmo estimulados a isso, associações com a finalidade de coordenar suas políticas. As disposições resultantes podem variar desde rígidos cartéis que regulamentam tanto os preços como a produção (uma aproximação muito grande do exemplo de monopólio puro) até acordos informais de cumprir certos esquemas de preços (exemplificados pelos famosos ‘banquetes Gary’ da indústria americana do aço, nos primeiros anos do século). (BARAN E SWEEZY, 1974, p-67).

Outro mecanismo adotado é a liderança de preços. Usualmente, a empresa-líder do setor determina o preço da mercadoria, sendo seguida por todas as outras empresas fabricantes do mesmo produto. Estas empresas agem de forma racional a fim de primar pela maior margem de lucro possível. Mas podem existir outras dinâmicas, por exemplo, quando as grandes empresas se revezam na liderança dos preços. Nestes casos, quando as empresas concorrentes não seguem o preço estipulado pela líder da ocasião, é comum que esta volte atrás em sua decisão, como meio de preservar o acordo.

O líder é normalmente a maior e mais poderosa firma da indústria em questão – como a US Steel ou a General Motors – e as outras aceitam o seu papel dominante não só porque lhes é lucrativo agir assim, mas também porque sabem que se ocorresse uma guerra de preços o líder poderia suportar as perdas melhor do que elas. (BARAN E SWEEZY, 1974, p-68)

Como ressaltam Baran e Sweezy (1974), é importante mencionar que o estabelecimento de acordos, formais ou informais, de combinação de preços não significa dizer que a guerra de preços deixou de existir, pois se uma empresa a julga vantajosa, ela praticará essa política sem titubear. Tal afirmação tampouco quer dizer que a concorrência foi extinta. Na realidade, esta concorrência se transforma e se intensifica ao longo do tempo. Tanto é que há uma pressão geral para que as empresas diminuam constantemente seus custos, e as empresas que não o fazem a tempo correm o risco de saírem prejudicadas. Portanto, há um constante incentivo à inovação, principalmente no setor privado e, às vezes, patrocinado pelo Estado.

Outra característica importante do capitalismo monopolista, destacam os autores, é a tendência ascendente dos preços. Isso ocorre porque quando uma empresa aumenta os preços

de sua mercadoria, não necessariamente suas concorrentes farão o mesmo, e o feito passa normalmente despercebido. Contudo, quando uma empresa diminui seu preço essa atitude pode ser interpretada como uma política agressiva pelas suas concorrentes, e fará com que estas empresas façam o mesmo, gerando uma guerra de preços pouco vantajosa para todas. Esta dinâmica faz com que seja mais complicado, para uma indústria, baixar o preço de seu produto do que aumentá-lo.

Em outras palavras, no oligopólio, os preços tendem a ser mais constantes no aspecto decrescente do que no aspecto ascendente, e tal fato introduz uma significativa tendência ascendente no nível geral de preços numa economia de capitalismo monopolista. (BARAN E SWEEZY, 1974, p-70).

Nesta fase de evolução do capitalismo, é possível dizer que já não há competição entre pequenas e grandes empresas. Nesta etapa, segundo Lenine, “Encontramo-nos perante o estrangulamento, pelos monopolistas, de todos aqueles que não se submetem ao monopólio, ao seu jugo, à sua arbitrariedade” (Lenine, 2005, p-27). A concorrência ainda se faz presente, mas neste momento adquire outras dimensões, já que se desenrola entre empresas muito maiores e com muito mais capital em jogo.

Diferentemente das empresas individuais, estas empresas gigantes são geridas por um grupo de administradores, sendo estes os responsáveis pela obtenção do maior lucro possível. A administração almeja e luta por lucros cada vez maiores, custos menores e melhor posição relativa perante suas concorrentes, além de uma taxa de crescimento de tendência ascendente. Apesar dos pequenos empresários também desejarem o alcance dos objetivos acima, são as grandes empresas que possuem condições técnicas que garantem a elas uma notória vantagem quando a questão é a maximização dos lucros. (Baran e Sweezy, 1974).

Os dirigentes dessas grandes corporações em pouco lembram seus antecessores, os ‘magnatas’: homens abastados, donos de diversas empresas presentes nos mais diferentes ramos de atividade. O magnata objetiva essencialmente o próprio enriquecimento enquanto o empresário se preocupa com o progresso da empresa. O novo homem de negócios é fiel à empresa enquanto o magnata é fiel a si mesmo e a sua família. Diferenças estas marcantes que refletem a realidade econômica dos dois momentos distintos.

“Para o primeiro (*magnata*), a empresa era apenas um meio de enriquecimento; para o segundo (*dirigente*), o bem da companhia tornou-se uma finalidade ao mesmo tempo econômica e ética”. (BARAN E SWEEZY, 1974, p-39).

Comumente, os dirigentes encontram-se entre os donos da grande empresa e são também seus defensores e porta-vozes. Diferentemente do antigo capitalista, que objetivava o acúmulo de capital, esses homens de negócios não se importam em gastá-lo, apesar de conservar a ânsia pela obtenção de valores igualmente elevados dos primeiros. Como as empresas individuais, as grandes empresas se empenham pela maximização dos lucros, mas das primeiras diferem em dois pontos importantes: tais empresas possuem um tempo de sobrevivência maior (são eternas, em uma maneira simplista de dizer) e são instituições de atitudes racionais, o que provavelmente explique a habilidade dessas empresas no manejo de negócios consideravelmente maiores. (Baran e Sweezy, 1974).

É por meio do mercado que as empresas se relacionam com as outras empresas, assim como com seus empregados e consumidores. Considerando que tais relações são basicamente relações de preços, sua definição, ou seja, o mecanismo pelo qual como se chega a um determinado preço, é elemento importante para o entendimento do capitalismo monopolista. A definição dos preços é feita de maneiras diferentes no capitalismo monopolista e em sua fase mais pura, como os autores retratam na obra:

“A diferença crucial entre os dois é bem conhecida e pode ser resumida na proposição de que sob o capitalismo competitivo a empresa individual aceita os preços, ao passo que no capitalismo monopolista a grande empresa é quem faz o preço”. (BARAN E SWEEZY, 1974, p-61).

Com o desenvolvimento e crescimento contínuo das empresas monopolistas, os bancos passam a ter uma soma de capital cada vez mais significativa sob sua responsabilidade. Assim, de meros intermediários de pagamentos, os bancos tornam-se peças influentes no processo de monopolização (Lenine, 2005).

Estas instituições também passam pela concentração vivida pelas indústrias e empresas adjacentes. Os bancos, anteriormente detentores de um pequeno capital derivado de diversos pequenos estabelecimentos passam a ter sob seu poder o controle de uma grande quantidade de capital proveniente de grandes empresas monopolistas. Dessa forma, dispõem de valiosas informações financeiras dessas corporações e se aproveitam delas para influenciar e, por vezes, interferir em suas negociações. (Lenine, 2005).

Como retrata Lenine (2005), os bancos passam a estudar a vida econômica dessas grandes empresas e, com base em tais informações, acabam por conceder maiores ou menores

taxas de juros, fazer ou não empréstimos, enfim, passam a controlar o capital monopolista através das operações bancárias. Com o número cada vez menor de pequenos bancos, os empresários industriais acabam por se tornar gradualmente mais dependentes dos grandes banqueiros, o que torna relevante a busca por uma ‘união pessoal’ entre essas instituições. Essa união se completa com o envolvimento de funcionários do governo, que tornam mais simples as relações com as autoridades. Dessa forma, se encerra o ciclo de dominação imperialista.

Uma importante informação a se considerar fornecida por Baran e Sweezy (1974), e que atualiza a situação acima descrita por Lenine, é o fato das grandes empresas, em uma fase mais avançada do capitalismo monopolista, não dependerem mais consideravelmente dos financiamentos externos, conseqüentemente dos grandes bancos. Com o lucro obtido através de seus negócios, a grande empresa desta fase posterior tem a possibilidade de criar fundos internos, atingindo certa independência e sendo capazes de autofinanciar-se.

O poder do banqueiro investidor baseava-se na necessidade urgente que tinham as primeiras empresas gigantes, na época da fundação e nas primeiras fases de crescimento, de financiamento externo. Mais tarde, essa necessidade declinou de importância e desapareceu totalmente, à medida que as empresas, colhendo ricos lucros monopolistas, puderam atender suas necessidades financeiras com fundos criados internamente. (BARAN E SWEEZY, 1974, p-27).

Este dado é valioso e fortalece o poderio das grandes empresas, por torná-las menos dependentes de terceiros, apesar do século XX consolidar a preponderância do capital financeiro sob o capital em geral.

Segundo Hilferding,

Uma parte cada vez maior do capital industrial não pertence aos industriais que o utilizam. Podem dispor do capital unicamente por intermédio do banco, que representa, para eles, os proprietários desse capital. Por outro lado, o banco também se vê obrigado a fixar na indústria uma parte cada vez maior de seu capital. Graças a isso, converte-se, em proporções crescentes, em capitalista industrial. Este capital bancário – por conseguinte capital sob a forma de dinheiro -, que por esse processo se transforma de fato em capital industrial, é aquilo a que chamo capital financeiro. Capital Financeiro é o capital que se encontra à disposição dos bancos e que os industriais utilizam (Hilferding apud Lenine, 2005, p-47).

Lenine (2005) observa que a formação do capital financeiro, junção do capital industrial com o bancário, terá papel relevante ao longo de todo o século XX e início do XXI. Assim, seu fluxo considerável para um determinado país poderá determinar para além da busca por taxas de lucro maiores das que prevalecem em seu país de origem, mas ser guiado

por outras razões, razões estas que se pretende desvendar ao longo deste trabalho. Com o surgimento do capital financeiro, ver-se-á a emergência da incipiente oligarquia financeira, que procurará garantir a multiplicação dos ganhos por parte dos monopolistas.

Por meio do ‘sistema de participação’, a oligarquia financeira passa a controlar uma vasta rede de empresas. Se a empresa C faz parte da empresa B, e A compra B, A acaba controlando o capital e a produção de B e C. Dessa forma, com um capital reduzido, uma empresa pode colocar sob seu domínio várias outras e controlar um capital significativamente maior que o seu (Lenine, 2005).

Durante os períodos de depressão, os bancos adquirem as empresas mais fracas, que acabam por falir, a preços mais baixos, tanto com a intenção de obterem maiores lucros como para ter sob seu poder o maior número de empresas possível. Outra característica desse período é a não restrição dessas aquisições ao território nacional. É, então, que o mundo se depara com uma modalidade nova de exportação: a exportação de capitais. (Lenine, 2005).

Nessa nova fase do capitalismo, a exportação de mercadorias, presente na época em que regia a livre-concorrência, é superada pela exportação de capitais. Os bancos e as empresas cruzam as fronteiras de seus países para adquirir empresas em países vizinhos ou mesmo distantes, ou montar filiais e novos empreendimentos em lugares distintos, com um mercado consumidor em potencial. Envia-se ao estrangeiro mais capital do que mercadoria, tanto por meio das possibilidades explicitadas como mediante empréstimos aos países periféricos (Lenine, 2005). Para esse autor, “o que caracterizava o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre-concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital.” (LENINE, 2005, p-61).

Aos países detentores de pouco capital, o recebimento constante de remessas vindas do exterior pode gerar dependência e consequente endividamento, situação esta vivida pela maioria dos países latino-americanos na segunda metade do século XX, mais precisamente nas décadas de 1970 e 1980, período este exaustivamente examinado por diversos estudiosos latino-americanos. Em algumas localidades da periferia, a vulnerabilidade externa causada por esta situação de dependência repercute até os tempos recentes (Singer, 1998).

Para Lenine (2005), os empréstimos se tornam possíveis por conta do desenvolvimento desigual de diferentes ramos das indústrias, assim como o próprio

desenvolvimento dos países, o que acarreta o acúmulo de capital nas nações centrais. Esse capital excedente é então aplicado em países que necessitam dele, geralmente periféricos, e onde tal capital pode gerar lucros mais vantajosos do que no país de origem.

A necessidade de exportação de capitais obedece ao fato de que em alguns países o capitalismo amadureceu excessivamente e o capital (dado o insuficiente desenvolvimento da agricultura e a miséria das massas) carece de campo para a sua colocação lucrativa. (LENINE, 2005, p-62).

Nos contratos negociados, era recorrente o fato de o credor colocar como condição do empréstimo que parte do dinheiro fosse gasto em produtos provenientes de seu país, incentivando assim a exportação de mercadorias, em paralelo à exportação de capital. A praxe era que concessão do empréstimo pois, se não o fizesse, outro país o faria, e no imperialismo há inclusive a questão de assegurar que os ‘concorrentes’ não estão fazendo melhores negócios.

De acordo com Lenine (2005), há muito tempo o imperialismo ultrapassou as fronteiras nacionais. Os monopólios viram em outras regiões do mundo a solução para o capital excedente, a possibilidade de acesso a matérias-primas e mão-de-obra baratas, um mercado consumidor em potencial, entre outras vantagens. A concentração, que ocorria no interior das nações, começou a acontecer em outras localidades do mundo até chegar a ponto de, no início do século XX, o mundo estar dividido entre as associações capitalistas. Neste período, o monopólio atingiu um ponto que era impossível haver uma única empresa de eletricidade que fosse completamente independente da AEG alemã e da Cia Thompson-Houston estadunidense.

Neste ponto reside uma característica relevante do capitalismo monopolista a qual se refere Sader (2000): em um período em que o mundo já se encontra dividido entre as grandes corporações e as potências mundiais, a conquista de novos espaços e, igualmente, de novos mercados, se dará senão pelo advento da força. Assim, a evolução do capitalismo está intimamente ligada à militarização dos Estados e a conflitos iminentes.

Dessa forma, a partilha mundial ocorre dada esta necessidade inerente ao capitalismo, da busca incessante por lucros cada vez maiores, sendo que apenas empresas de maior capital e, em consequência disso, de maior influência, dispõe de condições para vencer a disputa.

Os capitalistas não partilham o mundo levados por uma particular perversidade, mas porque o grau de concentração a que se chegou os obriga a seguir esse caminho para obterem lucros; e repartem-no segundo o capital, segundo a força; qualquer outro

processo de partilha é impossível no sistema da produção mercantil e do capitalismo (LENINE, 2005, p-74).

Entre os séculos XIX e início dos XX, o Estado tinha um papel forte na vida econômica e participou, com as companhias, da partilha mundial. Ter colônias era sinônimo de prosperidade e os Estados se esforçaram para obter o maior número delas que fosse possível, principalmente nos fins do século XIX. Para elas, poderiam escoar excedentes da população e nelas encontrariam mercado consumidor para os produtos manufaturados produzidos nas metrópoles.

A posse das colônias é a única coisa que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra todas as contingências de luta com o adversário, mesmo quando este procura defender-se mediante uma lei que implante o monopólio de Estado. Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se torna a insuficiência de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e a procura de fontes de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias (LENINE, 2005, p-83).

Baran e Sweezy (1974) relembram que o Estado, no capitalismo monopolista, é um grande parceiro das grandes empresas. Seu papel envolve desde o fortalecimento dos monopólios e a regulamentação de suas práticas a garantir que não haja nenhuma empresa importante para o país que obtenha lucros exageradamente altos ou insignificamente baixos. O Estado sempre desempenhou uma função importante ao longo da formação e consolidação do capitalismo, tendência essa que se mantém e, embora cresça quantitativamente, a qualidade não se desenvolve na mesma proporção.

“Tudo isso é perfeitamente compreensível, uma vez que se entenda o princípio básico de que no capitalismo monopolista a função do Estado é servir aos interesses do capital monopolista”. (BARAN E SWEEZY, 1974, p-73).

Após alguns importantes apontamentos sobre o imperialismo, dar-se-á continuidade as contribuições teóricas com uma exposição sobre a teoria subimperialista. Ruy Mauro Marini, acadêmico brasileiro, foi um dos importantes teóricos formuladores da Teoria da Dependência. Embora bastante conhecido na América Latina, é ainda pouco conhecido no Brasil. Suas obras foram escritas em língua espanhola e poucas foram traduzidas para o português, mesmo assim apenas com o fim do governo autoritário no Brasil (Traspadini e Stedile, 2005).

Durante sua estada no México, como catedrático da Universidad Nacional Autónoma de México, Marini colocou em livros grande parte de seu pensamento, incluindo sua Teoria do Subimperialismo (Marini, 1977(a)), sobre a qual se discorrerá agora.

Foi durante o regime autoritário brasileiro, nos idos de 1970, que Marini elaborou a Teoria do Subimperialismo. Sua análise refletia e, de alguma forma, fazia frente ao período pelo qual atravessava o Brasil, momento de estreita vinculação ideológica e política aos Estados Unidos, sendo o Brasil frequentemente acusado de ser apenas um representante dos interesses norte-americanos na região sul do continente.

Para Marini (1977(a)), a acumulação capitalista norte-americana e a formação de trustes de escala cada vez mais considerável fizeram com que houvesse uma concentração de riqueza neste país. Com o aumento progressivo do excedente econômico, logo se tornou necessário o investimento desses valores no exterior, majoritariamente nos países periféricos. Assim, os fluxos de capital norte-americano para fora de seu território aumentavam suas fronteiras e a área de abrangência de seus interesses.

Siempre es verdad, sin embargo, que la expansión del capitalismo mundial y la acentuación del proceso monopolista mantuvieron constante la tendencia integracionista, que se expresa hoy, de manera más evidente, en la intencificación de la exportación de capitales y en la subordinación tecnológica de los países más débiles (MARINI, 1977(a), p-60).

Outra face da tendência integracionista foi o que August Talheimer chamou de “cooperação antagônica” (TALHEIMER APUD MARINI, 1977, p-60). No período do Pós-Guerra, os Estados Unidos colocaram em prática seu Plano Marshall, de reconstrução da Europa. A contradição reside no fato dessa ação ter contribuído para a expansão da fronteira econômica dos países europeus, que mais tarde retornariam recuperados ao cenário internacional para competirem por mercados consumidores com os Estados Unidos. Esta dinâmica é o que Marini explica como “el proceso de integración imperialista alienta su propia negación”(MARINI, 1977(a), p-61).

A crise no sistema exportador brasileiro nos anos 1950 prejudicou os níveis de importação necessários ao processo de industrialização do país. O principal comprador de produtos primários, os Estados Unidos, já não conseguia absorver o volume crescente da produção, forçando inevitavelmente os preços para baixo. Os baixos salários praticados no campo, devido à concentração das terras nas mãos de poucos, contribuem para a existência de

um mercado interno estrito, o que não permite o desenvolvimento do mercado interno para produtos industriais.

A grave crise econômica é acompanhada por uma crise política, com o suicídio do presidente Getúlio Vargas. Depois de Café Filho concluir o mandato de Vargas, Juscelino Kubitschek assume a presidência com a missão de solucionar a crise. O governo opta pela abertura da economia brasileira à entrada dos capitais norte-americanos. Assim, o Plano de Metas recebe em torno de US\$ 2,5 bilhões e investimentos e financiamentos, proporcionando novo impulso ao setor industrial do país. Apesar dos benefícios decorrentes dessa medida, como o advento da já tardia industrialização brasileira, as consequências negativas acabaram por se resumir em endividamento, dependência tecnológica e inflação.

As novas indústrias atraíram as pessoas do campo para a cidade, consagrando o êxodo rural, e um acúmulo de mão-de-obra nos grandes centros urbanos ocorreu. A quantidade de trabalhadores era maior do que as fábricas poderiam absorver, o que resultou em números alarmantes de desempregados.

Hay que se tener presente, en efecto, que la expansión industrial brasileña, basada en la intensificación de las inversiones extranjeras y correspondiendo a la introducción masiva de una nueva tecnología, tuvo por resultado elevar sensiblemente la productividad del trabajo y la capacidad productiva de la industria, pero se agravó por eso mismo el problema del empleo de la mano de obra. (MARINI, 1977(a), p-64).

Por volta dos anos 1960, torna-se evidente o esgotamento da política econômica praticada. Fazem-se necessários novos projetos políticos para novamente reverter-se a situação. Os próximos presidentes, Jânio Quadros e João Goulart, possuem características bem distintas de seus antecessores. Ambos primavam por uma Política Externa Independente, e não mais de alinhamento automático aos Estados Unidos, além de reformas estruturais contrárias às adotadas até o momento. Um dos objetivos primordiais da nova política econômica era a diversificação dos mercados, considerando os consumidores dos países africanos e da América Latina. Através de projetos de reformas na estrutura agrária, estes governos apostaram na criação de um mercado interno, criaram meios de breçar os empréstimos recorrentes ao exterior e projetaram uma política de nacionalizações.

As medidas acima planejadas foram de encontro aos interesses norte-americanos e dos latifundiários brasileiros, ameaçando sua efetivação. Por isso, precisavam de forte apoio da burguesia e do setor popular. Porém, as frequentes greves para a reivindicação de maiores

salários pelos operários e acusações constantes de comunismo atiradas ao governo tornaram o governo de Goulart insustentável. E, quando a agitação chegou às forças armadas, os militares tomaram o poder.

O primeiro presidente militar do Brasil, após o golpe de 1964, foi o Marechal Castelo Branco. Como um movimento pendular, o governo se volta ao alinhamento automático aos Estados Unidos. Desta vez, porém, a intenção era de o Brasil funcionar como um irradiador do imperialismo norte-americano na região, algo tido como um avanço perante relações anteriores. Com a justificativa de praticar uma Política Externa Interdependente, o Ministério das Relações Exteriores,

[...] invocando razones geopolíticas, que vincularían estrechamente el Brasil al mundo occidental y particularmente a Estados Unidos, declaró que el concepto básico de la diplomacia brasileña era el de la ‘interdependencia continental’.
(MARINI, 1977(a), p-67).

A doutrina do General Golberi Couto e Silva, conhecida como barganha leal, chamava a atenção para a inevitabilidade de uma aproximação com os países de continente americano, principalmente com os Estados Unidos, por conta da nossa proximidade geográfica. Segundo o livro de Couto e Silva, Aspectos geopolíticos do Brasil, a única alternativa era “aceptar conscientemente la misión de asociarse a la política de Estados Unidos em el Atlántico Sur” (MARINI, 1977(a), p-67). A lealdade assumida com os Estados Unidos objetivava o reconhecimento por aquele da potência que o Brasil representava na América do Sul, exercendo aqui sua hegemonia subimperialista. Segundo Marini, “sería el reconocimiento por Estados Unidos de que ‘el casi monopolio de dominio em aquella área debe ser ejercido por Brasil exclusivamente’”(MARINI, 1977(a), p-67). O ‘quase’ se deve às aspirações argentinas para tal posição.

O chanceler do governo de Castelo Branco, Leitão da Cunha, valia-se do argumento de que o conceito de soberania nacional foi criado em uma época em que não era necessário aos países cooperarem mutuamente e que eles se valiam dos instrumentos multilaterais para garantir a existência da instituição mais americana: a democracia representativa.

Durante a década de 1960, houve diversas invasões a países do continente americano, especialmente na América Central, pelos Estados Unidos e com respaldo brasileiro, como foi caso da República Dominicana. A ingerência externa foi motivada por uma crise que assolou o país. Vista como uma ameaça ao continente, os Estados Unidos agiram como um agente garantidor da paz na região, conforme a Doutrina Monroe sugeria. Mais tarde, Castello

Branco chamou a atenção para “la necesidad de sustituir el concepto de fronteras físicas o geográficas por el de fronteras ideológicas” (MARINI, 1977(a), p-68). Nessa mesma ótica, foi proposta pelo Brasil, na época, a formação de um exército interamericano permanente, sugerindo um projeto de segurança comum ao continente e reforçando a proposta de integração continental. Tal idéia, contudo, nunca foi levada a cabo.

A Política Exterior praticada pelo governo de Castello Branco tinha intenções de manter e ampliar a aproximação que consolidava gradualmente com os Estados Unidos sem, contudo, deixar de beneficiar-se com alguma contrapartida. Nas palavras de Marini (1977(a)),

[...] no se trata de aceptar pasivamente las decisiones norteamericanas (aunque la correlación real de fuerzas lleve muchas veces a esse resultado), sino de colaborar activamente com la expansión imperialista, assumiendo en ella la posición de país clave. (MARINI, 1977(a), p-74).

O que temos então é uma expansão imperialista do Brasil na América Latina. Não um imperialismo nos mesmos moldes praticados pelos Estados Unidos, mas uma extensão indireta dele. Segundo Marini (1977(a)), apesar das atribulações, a intenção de subordinar a América Latina a uma mesma estrutura militar e econômica ainda era considerada. Seguindo o mesmo raciocínio, o autor fez uma previsão a médio prazo de como seria recebido esse expansionismo brasileiro.

Marini (1977(a)) chama a atenção para a crescente necessidade de cooperação entre os países latino-americanos e também destes com os Estados Unidos, principalmente Argentina e Brasil, que possuem burguesias poderosas. Em ambos os países, as discordâncias podem ser mais acentuadas e por isso a necessidade de entendimento. Ressalta também que essa colaboração será essencial inclusive para conter os movimentos revolucionários que contestariam o avanço imperialista.

Em um estudo mais aprofundado do tema, Renata Regensteiner (1980), chama a atenção para o essencial da obra do autor. O objetivo de seu trabalho é apresentar os principais argumentos em torno da questão do subimperialismo.

Segundo a autora, “Ruy Mauro Marini define el subimperialismo como un proceso correspondiente al surgimiento de centros medianos de poder y a la integración de los sistemas de producción a nivel mundial” (REGEINSTEINER, 1980, p-17). São vários os fatores que levam ao subimperialismo, como: a reestruturação do sistema capitalista mundial que leva à nova divisão internacional do trabalho; nos países dependentes, por conta da

superexploração do trabalho; por conta da integração do capital nacional ao capital estrangeiro, entre outros.

Por vezes, o subimperialismo é visto como o expansionismo brasileiro na América Latina. Por conta da superexploração do trabalhador nacional, o mercado interno do Brasil não é desenvolvido consideravelmente e não absorve a quantidade necessária dos bens produzidos para manter a indústria, o que faz com que o país busque mercados consumidores no exterior. Para Marini (1979),

la absorción del progreso técnico en condiciones de superexplotación del trabajo acarrea la inevitable restricción del mercado interno, a lo cual se contrapone la necesidad de realizar masas siempre crecientes de valor. (MARINI, 1979, p-74).

Na realidade, não foi possível à burguesia brasileira competir em regiões onde já existiam os monopólios norte-americanos, restando apenas a alternativa de expandir-se nos espaços restantes. Por meio, então, da ação considerada por muitos como ‘imperialista’, o Brasil expande seu comércio e, conseqüentemente, sua influência na região. Por se tornar dependente desses mercados que servem para compensar seu problema estrutural interno, o Brasil vai lutar para mantê-los. Segundo Marini (1977(a)), “el eje del esquema subimperialista está constituido por el problema del mercado” (MARINI, 1977(a), p-192).

Em *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo* (1977(b)), ele destaca a importância de diferenciar subimperialismo de exportação de manufaturas. Não é só pelo fato de um país exportar produtos industrializados para seus vizinhos que o torna uma nação subimperialista.

Se tiende muchas veces a confundir la exportación de manufacturas con el concepto de subimperialismo. Desde luego, éste implica la exportación de manufacturas, así como la lucha por mercados se encuentra también presente en el concepto de imperialismo. Sin embargo, el modo mismo mediante el cual se realiza la exportación de manufacturas, o sea la forma que asume el fenómeno, señala ya diferencias, que apuntan al hecho de que no basta exportar manufacturas para ser un país subimperialista. (MARINI, 1977(b), p-14).

Assim, Marini expõe que, apesar de diversos países dependentes serem grandes exportadores de produtos industrializados, isto não os torna países que se valem de uma ação subimperialista. Como exemplo ele cita, no mesmo ensaio *La acumulación mundial y el subimperialismo*, países como Filipinas ou Coréia do Sul, que possuem altas taxas de exportação, porém não têm tendências subimperialistas, já que não dependem fundamentalmente de tais mercados.

O mesmo ocorre com as empresas maquiladoras presentes no México. O que é produzido em território mexicano corresponde a uma fase no processo de produção, que por diversos motivos é mais conveniente que a fabricação ocorra ali do que no país imperialista, o que não o torna um país subimperialista. Nas economias de enclave também funciona da mesma forma.

Nas palavras de Marini (1977(a)): “Un determinado factor de producción (en este caso, la fuerza de trabajo) es substraído a la economía dependiente y incorporado a la acumulación capitalista de la economía imperialista, configurando pues un caso de anexión económica”. (MARINI, 1977(a), p-29).

Renata Regensteiner (1980) destaca outros trechos importantes deste ensaio de Marini:

Hemos definido, en otra oportunidad, al subimperialismo como la forma que asume la economía dependiente al llegar a la etapa de los monopolios y el capital financiero. El subimperialismo implica dos componentes básicos: por un lado, una composición orgánica media en la escala mundial de los aparatos productivos nacionales y, por otro, el ejercicio de una política expansionista relativamente autónoma. [...] Planteado en estos términos, nos parece que, independientemente de los esfuerzos de Argentina y otros países por acceder a un rango subimperialista, sólo Brasil expresa plenamente, en Latinoamérica, un fenómeno de esta naturaleza. (MARINI, 1977(a), p-17).

E continua:

El subimperialismo brasileño no es sólo la expresión de un fenómeno económico. Resulta en una amplia medida del proceso mismo de la lucha de clases en el país y del proyecto político, definido por el equipo tecnocrático-militar que asume el poder en 1964, aunados a condiciones coyunturales en la economía y la política mundiales. [...] Las condiciones económicas se relacionan con la expansión del capitalismo mundial en los años sesenta y su particular expresión: el boom financiero. (MARINI, 1977(a), p-18).

A explosão do fluxo financeiro mundial, apesar de ocorrido durante a década de 1960, entrará na pauta dos países dependentes apenas nos anos 1970. É nessa época que se dá início ao recebimento de quantidades significativas de capitais privados, somando-se o Brasil, que os recebe principalmente sob a forma de investimentos e empréstimos diversos. A partir de 1965, amplia-se consideravelmente a vinda do capital devido a mudanças nas leis, que passam a proporcionar condições vantajosas ao capital estrangeiro. Paulatinamente, o Legislativo brasileiro cria medidas que visam favorecer a entrada de tais quantias que, a princípio, seriam direcionadas a investimentos na infraestrutura e nas indústrias de base, contudo, o volume seguiu principalmente para a indústria manufatureira. “Con ello, a su estilo dependiente y subordinado Brasil entraría en la etapa de exportación de capital, así como a la rapiña de

materias primas y fuentes de energía en el exterior, como el petróleo, el hierro, el gas”. (MARINI, 1977(b), p-19).

Podemos observar então que o subimperialismo não é motivado somente pela necessidade em se buscar novos mercados consumidores para os bens manufaturados produzidos. Um país pode ser subordinado ainda pela quantidade de capitais que absorve do exterior durante um determinado período. Essa entrada de capitais pode ocorrer de diversas formas como: investimentos diretos, empréstimos, financiamento, entre outras.

Marini (1977(b)) chama a atenção para a diferença existente entre o conceito de subimperialismo e subpotência, sendo o primeiro muito mais complexo que o segundo:

Es natural que sobre la base de essa dinámica económica Brasil ponga en práctica una política de potencia. Pero reducir el subimperialismo a esta dimensión y pretender el concepto mismo de subimperialismo por el de subpotencia no hace sino empobrecer la realidad compleja que tenemos ante nuestros ojos y no permite entender el papel que desempeña hoy en día Brasil en el plano internacional. El subimperialismo brasileño implica una política de subpotencia; pero la política de subpotencia que practica Brasil no nos da la clave de la etapa subimperialista en que éste há entrado. (MARINI, 1977(b), p-19).

Assim, procurou-se apresentar aspectos em um panorama recente que levaram a indagação: o Brasil pratica uma política de subimperialismo na América do Sul, em especial no Equador? O capítulo também propôs a base teórica de sustentação do trabalho. No próximo capítulo, tratar-se-á sobre o histórico econômico de Equador e, em seguida, algumas análises de dados quantitativos serão feitas a fim de tentar responder ao questionamento central do trabalho.

CAPÍTULO 2 – O EQUADOR EM FOCO

2.1 – Breve histórico do Equador

O Equador é um dos menores países da América do Sul, com uma área de aproximadamente 283,561 quilômetros quadrados e uma população de não mais de 15.223 milhões de pessoas. Sua paisagem é dividida entre a costa tropical do Pacífico, as terras altas dos Andes (conhecidas também como *sierra*), a porção de floresta amazônica ao oriente e o arquipélago dos quais fazem parte as Ilhas Galápagos. Quito, localizada na Cordilheira dos Andes, é sua capital apesar da maior cidade ser Guayaquil, onde se localiza o porto marítimo mais importante do país. O país ainda faz fronteira com a Colômbia e o Peru, esse último com quem por vezes entrou em conflito por conta de questões fronteiriças.

Tendo o país sido nomeado após a definição da linha imaginária que divide o Hemisfério Norte do Hemisfério Sul, e que se projeta perpendicularmente a partir do eixo de rotação da Terra, na região que hoje é o Equador habitavam grupos humanos anteriores à invasão Inca. Segundo registros, esses povos se organizavam em unidades políticas (conhecidos como *cacicazgos*) que possuíam diferentes graus de desenvolvimento, tanto político quanto econômico. Sabe-se que a terra era de propriedade coletiva, e que havia noções de autoridade entre os caciques, sucedendo de uns serem subordinados a outros eventualmente (Ayala Mora, 1999).

Segundo Ayala Mora (1999), a invasão Inca deflagrada pelo Sul ao final século XV deixou marcas profundas na história do país andino, apesar de ter sido breve, dada a chegada subsequente dos europeus àquelas terras. O Império Inca, em lugar de dizimar a cultura do povo dominado procurou inseri-la em seu sistema, mantendo a sociedade organizada em comunidades e cada qual dirigida pelo um chefe local. A própria língua quéchua, que nos dias atuais é amplamente utilizada pelos indígenas equatorianos é um legado da dominação inca.

O início da dominação espanhola foi marcada pela forma de organização da nova sociedade que ainda se acomodava, por um tipo de instituição conhecida por *encomienda*. Por ela, a Coroa Espanhola designava um grupo de índios à responsabilidade de colonos espanhóis, e que tinha como objetivo passar os ensinamentos cristãos aos dominados, que por sua vez deveriam pagar com serviços os benefícios pela catequização. Essa prática foi amplamente utilizada sendo, contudo, suprimida mais tarde por outra forma de dominação: a *mita*. Tal instituição determinava que um determinado tempo de trabalho dos indígenas deveria ser gasto em obras públicas ou como força de trabalho para os colonos. Foi nessa

época que a produção têxtil e agrícola teve um impulso considerável e Quito se consolidou como um centro produtivo especializado importante da colônia. O despertar do século XVIII ocorreu simultaneamente à chegada da depressão que assolou a colônia, e que foi motivada tanto por questões internas quanto externas. O efeito derradeiro da crise foi o rompimento das relações coloniais e a consagração da independência das principais cidades equatorianas, que logo em seguida se reuniram a outros territórios¹⁵ para formar a República da Grã-Colômbia, vasta e efêmera república formada por Simón Bolívar (Ayala Mora, 1999).

Uma característica já perceptível nesse momento mas que tomará contornos profundos ao longo dos próximos séculos é a desconexão existente desde as origens do país entre os principais departamentos do Equador, essencialmente entre a cidade portuária de Guayaquil e a serrana Quito. Motivada pelo difícil acesso causado pela geografia do país mas não limitando-se a esse fato, as cidades nasceram e se desenvolveram de forma quase que autônoma umas das outras. Quito sofreu forte influência da dominação inca, quando Guayaquil foi apenas parcialmente controlada. Guayaquil, a “Pérola do Pacífico”, foi tradicionalmente voltada para o comércio exterior dada sua posição geográfica privilegiada enquanto Quito constituía ligações mais voltadas ao mercado interno.

As diferentes atividades econômicas desenvolvidas pelas duas cidades equatorianas contribuíram para o acirramento das relações e por diversas disputas de poder no campo político. Outra razão talvez derive da forma como a economia equatoriana se consolidou. Desde a colonização, ela foi voltada às demandas do mercado internacional, tendo muitas vezes apenas parte do processo produtivo realizado no país, com cada centro produtor especializado em determinada atividade. Tal formação se convencionou chamar de economia de enclave e por conta dela poucas conexões foram historicamente desenvolvidas no âmbito doméstico. Em tal situação, os produtores locais acabam por perder a autonomia sobre a produção já que o controle das atividades é feito a partir do exterior (Cardoso e Faletto, 2004).

Neste sentido devem ser interpretadas as relações entre a Serra e a Costa. Ligadas funcionalmente pelas exigências do sistema, vão desempenhar papéis diferentes porém articulados pela mesma lógica da acumulação. Nas fases de crise as fissuras se acentuarão, visualizando-se a imagem de dois mundos opostos; no entanto, nas épocas de apogeu permitirão retornar, inclusive de forma aparente, o caráter estrutural integrado. (ACOSTA, 2005, p - 33)

¹⁵ Atualmente, o território da Grã-Colômbia é dividido essencialmente entre Equador, Colômbia, Venezuela e Panamá. O Norte do Peru, o Sul da Costa Rica e uma porção do Brasil também fizeram parte da República.

Após o rompimento com a Espanha, o recém-formado país Equador manteve em sua bandeira as três cores (o amarelo, o azul e o vermelho) constantes no estandarte da Grã-Colômbia, um resquício da época em que fez parte daquela república. Sob o nome de *Distrito del Sur*, o que é hoje o Equador se conservou como parte da república idealizada por *El Libertador*, logo após a independência de Quito (em 1822) e se valendo de algum esforço militar para convencer os protagonistas do processo independentista deflagrado anos antes em Guayaquil. Por motivações internas e de naturezas diversas, o Departamento do Sul optou pela autonomia em relação à Grã-Colômbia em 1830 (Ayala Mora, 1999).

Os primeiros anos da república forneceram as bases para o que seria a identidade da economia equatoriana durante os próximos séculos: país agroexportador de produtos primários e importador de produtos manufaturados. O período também consolida a Inglaterra como um importante parceiro comercial do país. A nação insular se tornaria uma grande consumidora do cacau que começava a despontar na pauta de exportações do país andino, assim como uma assídua fornecedora de mercadorias elaboradas em seu país. O rompimento das relações coloniais com a metrópole espanhola pouco alterou a estrutura econômica do Equador. Durante os séculos seguintes, diversos países centrais estabelecerão laços comerciais desfavoráveis ao Equador sem alterar sua situação de dependência (Acosta, 2005).

É ainda no século XIX que o país vive o auge de sua produção cacauieira. Localizada na região costeira do país, a produção do fruto atraiu a mão de obra de Quito que naquele então concentrava a maioria da população equatoriana. O plantio do cacau no Equador foi motivado pelo crescimento da demanda externa, como ocorreria em diversos momentos de sua história. Essa característica aliada à monocultura seriam traços importantes da vulnerabilidade externa na qual o país paulatinamente se encontraria, resultando na crescente dependência do mercado internacional (Acosta, 2005).

O Equador é um país que vive ciclos econômicos bem marcados e que se baseiam na exportação de produtos primários. De produto em produto, ao longo de sua história o país deixou a cargo da natureza e dos desejos do mercado internacional o encargo de conduzir seu processo de desenvolvimento. A cada época, um determinado item puxou a pauta das exportações e sustentou toda a frágil economia do país. Da mesma forma que por diversas vezes o crescimento rápido da demanda internacional por um determinado bem fazia com que a economia do país atingisse níveis elevados de crescimento, num momento posterior a queda na demanda do mesmo deixava toda a economia do país em frangalhos.

Assim, a produção cacauera inseriu de vez o Equador no mercado mundial. A inserção, contudo, se deu nos moldes de uma economia periférica e posteriormente dependente, atrelada de forma carnal às vontades e instabilidades do exterior. Foi no início do século XX que o cacau equatoriano atingiu seu apogeu. Seu sucesso se baseava em uma conjuntura de fatores. Primeiro, a produção de cacau se dava de forma extensiva e, dada a riqueza daquele solo, os produtores não viam a necessidade de se investir em tecnologia. Pensava-se que, para aumentar a produção do fruto, devia-se apenas ampliar a área de plantio, e assim mais e mais extensões de terra passavam para o controle de poucos latifundiários. Mão de obra para a lavoura era abundante na Serra e escassa na Costa, o que gerou um movimento migratório interno nessa direção, e era também barata, o que acabava por condicionar os trabalhadores a uma condição de semiescravidão (Acosta, 2005).

Essa dinâmica concentrava claramente a riqueza da exportação do cacau nas mãos de uma pequena elite, que guardava e gastava os lucros no exterior. Por outro lado, os baixos salários pagos aos trabalhadores resultaram em um mercado interno estreito. No final das contas, os custos com a produção eram irrisórios se comparados aos altos rendimentos obtidos com a venda do fruto no mercado internacional. Tal situação desestimulava o investimento em outras atividades produtivas, que não fosse a produção cacauera (Acosta, 2005). Assim se consolidava a dinâmica da economia do Equador, que mostrará suas falhas por várias vezes no futuro.

Se com o processo de independência o Equador deixou fora da vida política a maioria da população, três décadas mais tarde o país já se mostrava mais organizado principalmente devido às mudanças ocorridas no governo de García Moreno. Por 15 anos (1860 – 1875), o político dominou a cena equatoriana com sua maneira de governar. Segundo Ayala Mora (1999), García Moreno centralizou e organizou as funções do Estado, não sem contar com o volume crescente de capitais que chegava por causa do cacau. O maior feito do líder foi a celebração de alianças com as diversas oligarquias regionais, estabelecendo uma noção de unidade nacional que até então inexistia. As medidas do novo governo, contudo, não foram postas em prática sem uma boa dose de repressão, outro marco da sua administração.

Os 20 anos seguintes foram tempos conturbados na história equatoriana, e culminaram na Revolução Liberal de 1895 liderada por Eloy Alfaro. Um dos fatos mais importantes na história do Equador, a revolução alfarista que também é mencionada como guerra civil, trouxe transformações profundas ao país. Talvez a mais importante delas tenha diminuído a presença da Igreja em assuntos políticos. De forma concreta, o catolicismo

deixou de ser a religião oficial do país e o Estado foi proclamado laico. Foram promulgadas leis que permitiam a liberdade de cultos e a educação laica. Dessa forma, a burguesia comercial em ascensão tomava as rédeas do controle do Estado (Ayala Mora, 1999).

As ideias liberais dominaram a cena política equatoriana até meados da década de 1920. A queda brusca da demanda internacional causada pelo pós-guerra afetou em cheio a exportação cacaueteira, que viu seus preços caírem vertiginosamente com o surgimento da concorrência de outros centros de fornecimento do produto (Acosta, 2005). Esse fato aliado ao receio dos setores oligárquicos com os rumos da Revolução Liberal trouxeram os conservadores de volta ao poder, onde ficaram por mais 20 anos. Os vínculos com o capitalismo central gradualmente se estreitavam (Ayala Mora, 1999). Esses foram anos difíceis para o Equador.

Os finais dos anos 1940 reacenderam as esperanças dos equatorianos que almejavam assistir ao desenvolvimento do país. O *boom* da demanda internacional por banana estimulou a produção local e trouxe estabilidade ao país até o início dos anos 1960. Segundo Acosta (2005), a produção bananeira possibilitou a ascensão de outros grupos sociais por ter ampliado a fronteira agrícola, incorporado a produção de pequenos e médios produtores e aumentado a quantidade de assalariados, o que não havia acontecido na era do cacau. Isso possibilitou a criação de um modesto mercado interno. Apesar desses avanços, a maior parte dos lucros obtidos com a venda da fruta permanecia com os exportadores, dos quais 90% se resumiam a não mais que oito companhias.

O eventual declínio na exportação da fruta trouxe mais uma vez instabilidade para a esfera política. Parecia ficar claro que o modelo agroexportador havia se esgotado. Ao mesmo tempo, influências desenvolvimentistas chegavam ao país e necessidade de se pensar a superação do subdesenvolvimento se tornava latente. Nessa esteira, políticas começaram a ser discutidas a fim de se criar um novo modelo que contemplasse o desenvolvimento industrial do país. Houve uma tentativa de levar a cabo a industrialização por substituição de exportações no país sem, contudo, obter sucesso.

Essa tentativa de industrialização não modificou o padrão tradicional da acumulação primário-exportadora. Foi um esforço associado e subordinado à lógica do capital externo, que orientou o sistema produtivo para satisfazer as necessidades de grupos minoritários da população, favorecendo a produção de bens de consumo para atender a esses grupos, em lugar de orientar-se para bens de capital e intermediários (ACOSTA, 2005, p - 111).

O Equador encerrou os anos 1960 assistindo a ascensão da importância do petróleo em sua economia. Naqueles idos, os produtores mundiais buscavam novos fornecedores potenciais para sustentar a curva de crescimento do consumo do combustível. Foi assim que os investidores voltaram ao Equador de forma maciça a partir dos anos 1970. As duas crises do petróleo ocorridas na década fizeram disparar o preço do petróleo no mercado internacional e o Equador lucrou como nunca em sua história. A extração e exportação do bem, oficialmente controlada pelo Estado mas na prática dominada pelas grandes corporações estrangeiras do setor, guinou mais uma vez a economia do país. Apesar de que, na época, apenas uma pequena parcela dos lucros ficavam para o Estado, ainda assim o volume arrecadado era impressionante (Acosta, 2005).

A prosperidade repentina também trouxe a facilidade na obtenção de crédito internacional. A possibilidade de obter bons rendimentos no país atrelados à liquidez que o capital desfrutava no mercado financeiro mundial proporcionaram um grande fluxo financeiro para o país andino. Como grande parte dos países latino-americanos, o Equador se endividou profundamente nos anos 1970, quando sua dívida externa cresceu quase 22 vezes na década (Acosta, 2005). Contudo, a bonança proporcionada mais uma vez pela natureza não sofreu uma redistribuição efetiva nem alterou a estrutura econômica do país.

Os anos seguintes até o momento presente são marcados pela predominância do petróleo como o produto mais importante da pauta de exportações do país. Com as flutuações do preço internacional do bem, a economia equatoriana também variou no período. Como Acosta (2005) aponta, o país apresentou altas taxas de crescimento no período. Contudo o salto qualitativo não ocorreu, já que a bonança do petróleo se multiplicou em cima da mesma estrutura anteriormente formada e significativamente desigual. A frustração criada pelo país não ter atingido os níveis de desenvolvimento esperados são resumidos pelo autor como o ‘mito do desenvolvimento’. O capítulo três apresenta mais informações sobre a exploração petrolífera deflagrada no Equador.

Por ora, é importante destacar que a situação de vulnerabilidade na qual os dirigentes equatorianos colocaram o país deixou o mesmo a mercê dos grandes bancos internacionais na década de 1980, quando esses resolveram cobrar a dívida adquirida na década anterior. Na conhecida década perdida para a América Latina, o país adotou as medidas recessivas estabelecidas pelo FMI para controlar a inflação. Os resultados de tais medidas foram desastrosos como os latino-americanos puderam experimentar. Mais impactantes foram ainda para o Equador, com a dependência que se desenvolveu no país.

Juntamente com a reversão do fluxo financeiro dos anos 1980, em 1982 se inicia o declínio gradual porém constante do preço do barril de petróleo. Era também o início de um período sombrio para a economia do país, que culminou na dolarização unilateral da mesma na virada do milênio. Segundo Acosta (2005), durante os anos dourados da produção petrolífera no país, o Estado foi um parceiro constante da iniciativa privada. Apesar de ter sido o grande responsável pela condução do desenvolvimento do país, o mesmo defendeu constantemente os interesses do setor privado. E também não deixou os grupos oligárquicos desamparados quando a crise aterrissou.

Na década de 1990, a onda do neoliberalismo atingiu o país assim como suas grandes promessas de desenvolvimento para quem adotasse suas medidas de austeridade organizadas pelo Consenso de Washington. Com uma dívida externa nas alturas e com sua economia voltada para fora, ao Equador não restou senão a opção de seguir a cartilha neoliberal. Outra queda no preço do petróleo ocorrida no ano de 1992 apenas ajudou a agravar o quadro trágico em que o país se inseria.

O ápice da crise deflagrada no país, que já atingia todos os setores e que não mantinha presidente algum no poder, se oficializou com a abdicação da moeda nacional. Em 2000, o sucre foi abolido e, em seu lugar, o dólar americano passou a ser a moeda oficial o país. Em uma estratégia parecida com a que ocorreu no governo Collor no Brasil, quando do congelamento da poupança, o governo equatoriano efetuou a mudança sem qualquer aviso ou consulta à população. O baque foi sentido fortemente pelas classes mais baixas, que tiveram que lidar sozinhas com a questão. Com a medida, o país afundava mais um pouco em sua dependência do exterior e a partir de então teria de lidar com a impossibilidade de promover políticas monetárias e cambiais.

Por outro lado, o Equador viveu na passagem do século XX para o século XXI um dos processos mais interessantes da sua história. Este também corresponde a um dos períodos mais atribulados de seu passado recente, em que exibiu sete presidentes em 10 anos, derrubou dois deles, e aprovou uma nova Carta Constitucional. E ao final desse contexto, emerge uma figura singular, que pouco se assemelha a seus precursores que emergiram de setores menos abastados. Rafael Correa, fruto da classe média-alta *guayaquileña*, o economista responsável por mudanças políticas um tanto ousadas, tem governado o país, bem ou mal, com a determinação de quem quer imprimir sua marca na história.

Inserido na esfera periférica do sistema capitalista, juntamente com totalidade dos países latino-americanos, o Equador partilha com seus vizinhos o histórico de espoliação que

a sub-região sofreu desde quando os primeiros europeus imprimiram suas pegadas nessas terras. Refém de uma economia monocultora, composta de ciclos e dependente da exportação de produtos agrícolas, que flutua de acordo com os interesses do mercado internacional, a primeira vista o Equador pouco se difere de outros países que formam a América Latina.

O próprio Rafael Correa por vezes foi visto como ‘mais um’ dos líderes esquerdistas que subiram ao poder na última década na sub-região. Mais especificamente, o grupo da esquerda mais radical do qual também faz parte Evo Morales e Hugo Chávez. Há um motivo para tal classificação. De forma ampla, os três líderes convergem na forma de entender o sistema capitalista que, segundo eles e outros autores como Emmanuel Wallerstein, está fadado ao fracasso e já mostra sinais desse esgotamento.

Mas não foi sempre assim. Em vários episódios ao longo de sua história o Equador foi refém de ingerências externas, levadas a cabo com o aval de governos entreguistas e de uma elite despreocupada com questões latentes ao país. É necessário, no entanto, ressaltar que tal sentimento de aversão reservado às potências hegemônicas respinga sobre outras nações que dão sinais, aos olhos equatorianos, de aspirar assumir uma posição contrária aos interesses do país. Apesar relação cordial desenvolvida entre os dois países, o Brasil é considerado por muitos estudiosos no Equador como um país de contornos subimperialistas.

Portanto, esse capítulo se propõe a verificar, através de ferramentas teóricas disponibilizadas por Marini, se o Estado brasileiro faz jus a este julgamento. Não é ignorado o fato da teoria do Subimperialismo estar vinculada a um determinado período histórico. Apesar de conservar características próprias daquele momento, julgamos possível, mesmo necessário, a utilização de tais alicerces. Assim, este trabalho partilha da visão de que essa teoria é útil e atual, assim como os conceitos desenvolvidos dentro dela.

2.2 – Análise de dados quantitativos

2.2.1 – Os dados comerciais

Apesar de reconhecer a importância da entrada de capitais vindos dos países centrais em busca de melhores rendimentos nas economias periféricas, ainda no final dos anos 1950 e em volumes consideravelmente maiores nos anos 1970, Marini não explora consideravelmente essa variável. Ao que parece, o autor prefere focar na exportação de mercadorias como um traço importante para caracterizar um país como sendo subimperialista. Isso pode ser parcialmente explicado pelo fato de o autor ressaltar a falta de um mercado interno pungente, com capacidade para absorver a produção nacional, uma das razões da busca voraz por consumidores em países da sub-região.

Assim, o Brasil não só tem no mercado sul-americano o destino mais importante de suas exportações de bens industrializados como também é dependente deste. No geral, o país estabelece com os países da sub-região uma relação comercial positiva, não apenas em termos absolutos mas, sobretudo, em termos qualitativos na medida em que desempenha as vezes de um exportador de produtos acabados e de importador de produtos primários. Em diversos momentos, tal discrepância comercial foi denunciada pelos países da sub-região, contribuindo deste modo para o reforço da ideia de ambições subimperialistas por parte do Brasil.

No gráfico 1 podemos observar a balança comercial brasileira com os países da UNASUL. Os anos de 1995 a 2002 correspondem ao período em que Fernando Henrique Cardoso esteve na presidência. Naquele então, o Brasil sentia os primeiros efeitos do plano econômico desenvolvido no governo anterior, quando Cardoso ocupava o posto de ministro da Fazenda. Um dos desafios do governo à época, senão o principal, era conter a inflação crescente, que pressionava diretamente o custo e o modo de vida da população para baixo, entre outros tantos inconvenientes. Como política para conter a inflação o Plano Real propunha uma valorização artificial da nova moeda, que possuía um limite máximo porém não mínimo para com o dólar, e a redução significativa das tarifas de importação como forma de reduzir a demanda do mercado interno, pressionando para baixo os preços dos produtos fabricados em território nacional. Essa última medida ficou conhecida como âncora cambial (Souza, 2008).

Como previsto, tais políticas foram postas em prática. O primeiro impacto fez-se notar com a quebra de 14 anos de superávits na balança comercial, já em 1995, deixando a cargo dos exportadores lidar com uma moeda valorizada que encarecia seus produtos no exterior, ao

mesmo tempo em que produtos estrangeiros entravam mais baratos no país. A crise mexicana haveria de agravar o quadro, se fazendo sentir em países com economias fragilizadas como o Brasil e a Argentina, não apenas no comércio exterior mas também significativamente nos fluxos de capitais. Estas eram algumas das muitas questões que Cardoso haveria de encarar no prelúdio de sua vida presidencial.

Gráfico 1

Fonte: Aliceweb

Apesar de, no quadro geral, o Brasil seguir com dificuldades para manter a balança comercial favorável a si, no intercâmbio com os países da região o Brasil ainda sustentava um bom desempenho. Como se observa, a segunda metade da década de 1990 e os primeiros meses dos anos 2000 são marcados por um equilíbrio entre as contas de importação e exportação do país com os países integrantes da UNASUL. Nesse período, o saldo comercial era em torno de US\$ 1 bilhão, com uma tendência geralmente positiva para o lado das exportações.

Esse quadro contrasta com a balança comercial geral brasileira, que de 1995 a 2000 acumulou déficits consecutivos, apresentando um ponto de inversão apenas de 2001. O déficit acumulado no período atingiu os US\$ 25.501 milhões, sendo interrompido em 2001 quando a balança comercial foi superavitária em US\$ 2.642 milhões. Tal contraste entre a situação regional e a mundial evidencia a importância das relações comerciais com a sub-região para o Brasil que, mesmo em um período turbulento de sua vida econômica, conseguiu manter bons níveis com os países sul-americanos.

Frente ao quadro econômico delicado que o país enfrentava à época, recrudescido pelos impactos da crise ocorrida entre os chamados “tigres asiáticos”, o governo viu-se obrigado a promover mudanças em relação ao Real. A moeda supervalorizada deixava os produtos brasileiros pouco competitivos no exterior e o aumento das tarifas de importação não foram suficientes para conter o avanço de mercadorias importadas, que chegavam ao país com preços ainda baixos. Assim a partir de 1999, adotou-se o câmbio flutuante em lugar da ancoragem cambial. A moeda passaria a partir de então a ser definida através da âncora monetária pelo Sistema de Metas de Inflação (SMI). Apesar de a implementação ter ocorrido em meados de 1999, os efeitos foram percebidos apenas em 2000. A queda dos juros também contribuiu para a reanimação da economia, que em conjunto com a desvalorização do Real, testemunharam o aumento dos valores exportados. Naquele ano de 2000, o PIB cresceu a taxas de 4,4% e a porcentagem de desocupação sofreu a primeira queda desde 1995. Apesar da notável recuperação das condições econômicas, o ano fechou com déficit de US\$ 697 milhões, já que as baixas tarifas de importação facilitavam a entrada de produtos vindos do exterior.

O gráfico exposto nos fornece uma ideia das relações comerciais em termos absolutos entre o Brasil e os países da América do Sul. Contudo, apenas essa análise não é suficiente confirmar o caráter subimperialista do país, por esse exportar para a sub-região mais do que importa dela. Ou seja, ainda é cedo para se afirmar que o Brasil criou uma dependência tal das exportações para a América do Sul que depende vitalmente desses mercados consumidores para sustentar suas indústrias. Assim, é necessário o estudo de outros dados que, ao decorrer desse capítulo, procurará responder a essa pergunta.

O gráfico 2 apresenta a variação da balança comercial brasileira de 1995 a 2010. Em 9 anos, o desempenho caiu à quantia negativa de US\$ 8.357 milhões em 1997 para em 2006 atingir a cifra de US\$ 46.457 milhões. Aproximadamente US\$ 54.814 milhões separam o ponto mais baixo da marca mais alta do período. Mais à frente delinearemos as possíveis razões para tal variação.

Gráfico 2

Fonte: Portal Brasil

Se nos ativermos por mais um instante ao intercâmbio comercial apresentado no gráfico 1, é possível verificarmos que a partir de 2002 é notória a diferença existente entre os valores exportados para a sub-região comparando-se com o que foi importado dela. Com o desempenho estável do Real e a inflação mantida em níveis aceitáveis foi possível, a partir de 2002, observar um descolamento entre as duas linhas, não antes de o governo solicitar seu terceiro empréstimo ao FMI. Assim chegava ao fim o mandato de Fernando Henrique Cardoso. Com a vitória do candidato da oposição, Luiz Inácio Lula da Silva, ocorrida no mesmo ano, o Brasil se abria para um novo caminho. Não todo ele distinto do anterior mas de mudanças contundentes.

Primeiramente, as novas diretrizes do governo acabavam com o alinhamento automático aos Estados Unidos, o que abriu espaço para que o corpo diplomático pudesse agir em prol de uma política externa independente, inclusive pela diversificação dos parceiros comerciais, com o foco dirigido ao hemisfério sul. Em 2004, a Argentina era o primeiro país destino das exportações brasileiras, seguida dos Estados Unidos. Naquele ano, 50% das exportações atingiam os países do sul (Cervo e Bueno, 2008).

O crescimento da demanda por commodities no mercado internacional aqueceu a economia local, aumentando o consumo com a geração de emprego, a partir da utilização da capacidade ociosa criada no momento anterior. Apesar da adoção de uma política monetária recessiva, é praticamente consenso pautar as boas marcas atingidas no período na diversificação da pauta de exportações e mesmo na ampliação do número de parceiros

comerciais. A grande entrada de divisas no país capacitou financeiramente o desenvolvimento de políticas sociais que promoveram mudanças sensíveis à população, além de agregar mais peso ao Brasil no que concerne a sua ação por uma posição mais privilegiada no cenário internacional.

No gráfico 3 é possível visualizar a guinada das exportações com destino a China. Alavancada pela demanda de produtos primários, as exportações para o país asiático aumentaram quase 26 vezes, saindo do valor de US\$ 1.203 milhões em 1995 para o equivalente a US\$ 30.785 milhões em 2010. A curva chinesa continua sua ascensão mesmo durante a crise financeira de 2008, que teve efeitos negativos na maior parte dos países nos meses seguintes a ela. Dos anos 1990 para cá, o país tornou-se um dos principais parceiros do Brasil, ultrapassando inclusive os Estados Unidos, tradicional parceiro comercial.

Dois outros importantes destinos das exportações brasileiras, a União Europeia e a UNASUL, mantiveram um crescimento progressivo, sofrendo apenas uma queda temporária por conta da crise financeira ao final da última década, para logo em seguida retomar a ascensão gradual. Os Estados Unidos, por sua vez, tem sua importância enfraquecida ao longo desse período, crescendo a um ritmo lento em comparação com os destinos principais. O Equador, país foco do presente estudo, se mostra como um destino diminuto para as exportações brasileiras, mesmo se comparado ao total dos países da UNASUL, não representando mais do que 3% do montante total exportado para os países do grupo no ano de 2010. Assim, as exportações do Brasil para o país andino no período seguiram uma constante. No mesmo ano, os principais destinos da sub-região foram, respectivamente: Argentina (50%), Chile (11%), Venezuela (10%), Paraguai (7%) e Colômbia (6%).

Gráfico 3

Fonte Aliceweb

Se analisarmos separadamente a relação comercial entre Brasil e Equador, poderemos perceber que o valor das exportações efetuadas pelo Brasil é invariavelmente maior do que o montante importado do país andino. O gráfico 4 marca um período instável da história recente equatoriana quando passaram pelo governo nada menos que dez Chefes de Estado e um triunvirato, como apresentado no início do capítulo. O ano de 2000 é também um marco na vida econômica do país pois corresponde à extinção da moeda nacional, o sucre, para o estabelecimento do dólar americano como moeda corrente.

Uma segunda constatação é o fato de que, a partir de 1999, haver uma evolução em termos de valor exportado para o Equador para, a partir de 2006, se iniciar uma variação considerável da frequência até então desenhada. Em contrapartida, o montante referente às importações se mantém estável por todo o período, com uma modesta variação entre os anos de 2003 e 2006. Mesmo sem uma análise profunda das relações Brasil – Equador, já é possível afirmar que há uma desigualdade evidente em termos dos valores trocados nesse interim.

Uma das características históricas do país e que possivelmente ajude a explicar esse desequilíbrio reside na dependência histórica do Equador. Como já demonstrado, o país

possui uma dependência do exterior de longa data e que está enraizada na sua esfera econômica. O desequilíbrio da balança comercial Brasil – Equador está na própria natureza dela, uma vez que o país andino exporta essencialmente produtos primários e importa bens manufaturados. Tal dinâmica coincide com a característica da relação comercial do Brasil com a América Latina em geral: esse tem no mercado sub-regional um grande destino de suas exportações de manufaturados enquanto adquire dele principalmente primários. Somente o intercâmbio comercial desenvolvido entre os dois países, no entanto, também não provam se realmente há um subimperialismo praticado pelo Brasil.

Gráfico 4

Fonte: Aliceweb

No Brasil, com o objetivo de tornar a política externa independente uma realidade, a equipe de Lula apostou suas fichas na coordenação dos países em desenvolvimento em blocos a fim de fazer frente aos ditames dos países centrais, que costumeiramente criavam regras de forma unilateral para posteriormente serem cumpridas pelo restante dos países. Cardoso havia dado um passo nessa direção, ao relançar a proposta da ALCSA (Área de Livre Comércio Sul-Americana) e promover a primeira reunião dos presidentes da América do Sul em 2000 em Brasília, em lugar de prosseguir com as discussões sobre a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) nos moldes ansiados pelos Estados Unidos.

Com Lula, o foco no hemisfério sul se tornava mais nítido, alinhado a condições político-econômicas favoráveis e um forte esforço político nesse sentido. Tendo passado o turbilhão neoliberal, a economia passava a colher alguns benefícios dessa política como um salto de qualidade do setor industrial, o que tornou as indústrias brasileiras mais competitivas internamente e no exterior.

Nisso consiste o avanço de qualidade do modelo brasileiro de inserção internacional na virada do milênio: o papel de intermediário entre os segmentos sociais e sua ação externa exercido pelo Estado, como amálgama superior do interesse nacional, a equalizar objetivos de produtores e consumidores, empresários e assalariados. (CERVO E BUENO, 2008, p-492)

Regionalmente, o Mercosul permanecia como uma prioridade do governo brasileiro, sendo considerado um espaço importante no qual o Brasil poderia exercitar sua liderança, a frente de uma Argentina diminuída. Assim, Lula procurou fortalecer esse bloco além de trabalhar na constituição da CASA (Comunidade Sul-Americana de Nações), que depois passou a ser conhecida como UNASUL (União das Nações Sul-Americanas). Diversos eram os motivos que empurravam o Brasil nessa direção: proximidade geográfica; tentativa de criação na sub-região de uma autonomia perante os países centrais, especialmente os Estados Unidos; incongruência de conceitos mais amplos como de ‘América’ ou ‘América Latina’; crescimento do interesse comercial de empresas brasileiras na sub-região; possibilidade de uma melhor inserção internacional para todos os países sul-americanos em lugar de atuações unilaterais e, por isso mesmo, menos efetivas na esfera internacional, entre outros.

A importância da orquestração de interesses e ação conjunta dos países em desenvolvimento fazia-se cada vez mais essencial, na medida em que imprimia uma maior relevância da atuação desses países nas negociações em fóruns internacionais. Na ocasião da reunião da Cúpula do Mercosul, realizada em Montevideu em 2005, o então presidente Lula proferiu o seguinte:

Mais do que nunca, estou convencido de que não há saída individual para nossos países. Quanto mais forte estiver o Uruguai, quanto mais forte estiver a Argentina, o Paraguai, a Venezuela, mais forte estará o Brasil e vice-versa.

Mas, para isso, não basta caminharmos lado a lado, temos que caminhar juntos e com um mesmo destino. E, como disse o poeta: ‘não há caminho, o caminho se faz ao andar’. (Lula da Silva apud Souza, 2008, p-291)

Fora da sub-região, um movimento interessante da diplomacia brasileira foi sua participação ativa na consolidação, juntamente com outros países em desenvolvimento, do G20, grupo formado por ocasião da Conferência da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em Cancun em 2003. Dessa forma o Brasil dava continuidade no campo internacional a sua política de ação conjunta como forma de angariar acordos econômicos

menos desiguais, já que esses frequentemente geravam vantagens apenas para os países do centro capitalista. Na realidade, o objetivo ia além: o que se negociava era um ambiente internacional democrático, onde as regras eram feitas por todos os países, e não mais apenas por um grupo seletivo, e se assim não fosse, tais regras não seriam abraçadas (Cervo e Bueno, 2008). Este era um movimento audacioso e novo, que buscava desestabilizar o *status quo* em prol das nações em desenvolvimento.

No cenário doméstico, a correção de direções do governo Lula prosseguia. Importantes alterações de rumo foram impressas na esfera econômica: suspensão do programa de privatizações; suspensão dos financiamentos pelo BNDES a empresas privadas para financiar empresas nacionais; a Petrobras, maior empresa brasileira, passou a adquirir plataformas e navios construídos no Brasil como forma de incentivar a indústria nacional (Souza, 2008). Assim, buscava-se assegurar uma política externa independente com a tomada de decisões que de fato buscavam consolidar os interesses do país.

Na direção contrária a essas mudanças, porém, o governo manteve o conservadorismo do governo anterior no que concerne ao setor financeiro. A política monetarista foi mantida durante a gestão Palocci-Meirelles. O Banco Central se recusava a baixar os juros, entoando o mantra do retorno da inflação. Já o Ministério da Fazenda não só manteve os acordos com o FMI como os renovou, dando continuidade à subordinação financeira brasileira, ainda no primeiro mandato de Lula.

Por fim, a análise das características essenciais na relação comercial brasileira com o Equador e, de forma geral, com os países da América do Sul não é suficiente para indicar um comportamento subimperialista do Brasil. A diferença dos valores absolutos no intercâmbio com o Equador demonstra também o potencial econômico brasileiro e suas condições superiores de competitividade de suas empresas, se comparado as companhias equatorianas. O mercado sul-americano está entre os principais destinos das exportações brasileiras. Contudo, regiões como o bloco europeu ou mesmo China e Estados Unidos ainda são importantes receptores de produtos brasileiros. O que segue para os países da UNASUL não é consideravelmente superior, em termos quantitativos, se comparado a outros destinos. Portanto, o estudo das relações comerciais não prova a prática do subimperialismo pelo Brasil.

2.2.2 – Os dados financeiros

Posteriormente à análise do quadro comercial brasileiro, tanto em relação ao Equador como com seus principais parceiros, é chegada a hora de um olhar mais atento ao setor financeiro. O estudo dos movimentos dos fluxos de capitais é essencial na medida em que não é possível um país praticar uma política subimperialista sem que o país propague sua influência na forma de investimentos no país, ou seja, a presença financeira é pré-condição para que se verifique a intenção de subordinar outra nação.

Na Tabela 2, observa-se a quantidade de capitais exportadas para os países da UNASUL a partir do Brasil. Nota-se um maior volume nas remessas que seguiram para Argentina e Uruguai, essencialmente. No caso do Uruguai, é importante registrar que a absorção de capitais externos assume a característica de paraíso fiscal. Quanto à Argentina, há um peso importante de investimentos da Petrobras. Em 2010, o Peru se destaca como um importante recebedor de capitais brasileiros na sub-região. O volume de capitais exportados ao Equador, contudo, são bem inferiores ao enviado aos outros destinos na América do Sul. A partir de 2007, inclusive, há um pequeno declínio nos recebimentos por este país. Em 2010, o Equador recebeu US\$ 30 milhões dos aproximados US\$ 12.316 milhões que seguiram para a sub-região (valor parcial, conforme nota de rodapé ao final da página).

Tabela 2 – Capitais brasileiros nos países da UNASUL¹⁶

Capitais brasileiros nos países da UNASUL										
em US\$ milhões										
	Investimento Direto – participação no capital									
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Total	5248	3488	4825	4159	4954	6310	5883*	7204*	9499*	12316*
Argentina	1625	1503	1549	1722	2068	2136	2360	3376	4251	5148
Bolívia	36	53	52	47	53	55				
Chile	158	168	203	186	234	1799	509	387	459	574
Colômbia	130	26	42	42	30	47	178	298	561	872
Equador	71	96	45	101	4	42	39	21	22	30
Guiana					300					
Paraguai	40	29	59	86	83	149	117	153	170	262
Peru	40	47	52	267	299	235	584	244	704	2254
Suriname				0	0	0				
Uruguai	3121	1547	2810	1657	1748	1743	1878	2443	2531	2497
Venezuela	27	19	13	51	135	104	218	282	801	679

¹⁶ A partir de 2007, o Banco Central do Brasil passou a fornecer os dados dos maiores destinos apenas e não de todos os países como fez no período de 2001 a 2006. Segundo informações do próprio banco, o motivo para o não fornecimento desses dados reside no fato de que assim poderiam estar dando detalhes de transações específicas e de investidores individuais, o que compromete o sigilo das operações financeiras. Por conta disso, o valor total apresentado no período de 2007 a 2010 é parcial (*).

Fonte: Banco Central do Brasil

A Tabela 3 abaixo apresenta os volumes de capitais exportados para os maiores destinos entre os paraísos fiscais. Em valores totais podemos notar um crescimento gradual das remessas enviadas a essas localidades, mesmo com o pico observado em 2006 (US\$ 61.197 milhões). Se compararmos o total apresentado em 2010, de US\$ 34.771 milhões, com o enviado as países da UNASUL¹⁷ (equivalente a US\$ 12.316 milhões), constataremos que o volume de capital brasileiro enviado aos paraísos fiscais é bem superior ao enviado aos países da sub-região. Nesse caso, é inimaginável qualquer intuito de subimperializar esses Estados, sendo o fluxo motivado basicamente pelas facilidades fiscais obtidas nessas regiões.

Tabela 3 – Principais destinos de capitais brasileiros a paraísos fiscais

Paraísos Fiscais - principais destinos										
Investimento Direto - participação no capital										
US\$ milhões										
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
TOTAL	30752	31710	31863	32847	35604	61197	44847	44410	49334	64771
Antilhas Holandesas	236	156	294	490	342	1.482	1351	1052	224	550
Bahamas, Ilhas	5.954	6.958	6.565	7.825	7.449	9.259	9.341	9.531	10.291	12.353
Belize	36	84	6	9	21	53	43	43	28	114
Bermudas	990	1.103	593	397	690	15.061	599	234	1212	577
Cayman, Ilhas	14.785	16.465	15.097	13.930	15.113	20.284	16431	14124	18308	29466
Gibraltar	377	444	458	484	704	285	324	332	362	380
Luxemburgo	584	402	2.055	3.114	3.512	3.918	4259	4602	4356	4794
Panamá	674	681	478	334	423	476	1185	3727	1005	1614
Virgens, Ilhas (Britânicas)	7.109	5.416	6.314	6.254	7.333	10.345	11245	10685	13387	14724
Virgens, Ilhas (E.U.A.)	7	1	3	10	17	34	69	80	161	199

Fonte: Banco Central do Brasil

Por fim, a Tabela 4 demonstra um comparativo entre os receptores mais importantes dos fluxos financeiros originados no Brasil. No período apresentado, a liderança das maiores remessas é disputada entre os países da União Europeia e os paraísos fiscais. Em 2001, os paraísos fiscais recebiam o equivalente a US\$ 30.752 milhões, enquanto o bloco europeu, US\$ 3.609 milhões. O cenário se altera em meados da década, quando em 2007 a UE os supera. Ao final de 2010, a diferença entre os dois grupos de países chegava aos US\$ 15 milhões, com o bloco europeu recebendo as maiores somas. Os Estados Unidos, por sua vez, apresenta um recebimento crescente de tais remessas. Sozinho, a partir de 2007, o país passou a receber um volume maior do que o enviado a América do Sul.

¹⁷ Mesmo o valor sendo parcial, ele é bem próximo do total apresentado para a sub-região;

Tabela 4 – Capitais brasileiros no mundo – principais destinos

Capitais brasileiros no mundo - principais destinos										
Investimento brasileiro direto - participação no capital										
	em US\$ milhões									
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
TOTAL	40973	42283	45513	55819	67256	100630	114836	117330	134394	170190
UNASUL	5212	3435	4773	4112	4601	6255	5883	7204	9499	12316
Paraísos Fiscais	30752	31710	31863	32847	35604	61197	44847	44410	49334	64771
União Européia	3609	5308	6777	16308	22888	29236	56306	56549	65618	79919
Estados Unidos	1401	1830	2100	2552	4163	3942	7800	9167	9943	13184

Fonte: Banco Central do Brasil

Com a análise de tais dados, é possível concluir que as somas vultosas que deixam o Brasil com destino aos paraísos fiscais ou mesmo em direção ao Uruguai, importante receptor da sub-região, tem como motivação os benefícios fiscais em particular. Sob essa ótica, o Brasil não pode ser considerado subimperialista na América do Sul. Em segundo lugar, as grandes quantidades de capitais enviadas ao centro do capitalismo mundial, Estados Unidos e países europeus, teriam muito menos a intenção de submeter essas nações.

Conclui-se, frente à análise dos fluxos de capitais brasileiros, que o Brasil não pode ser considerado como uma potência subimperialista. No Equador, não, pois o país é um dos que menos recebem remessas de capital brasileiro se comparado ao restante da América do Sul. E também não na América do Sul em geral pois, em relação a outros grupos de países, a sub-região ainda apresenta uma quantidade modesta de capitais brasileiros.

2.2.3 - Os dados sociais

Como vimos no primeiro capítulo, a falta de um mercado interno pujante o suficiente para absorver os bens industriais produzidos no Brasil se coloca como uma das principais razões que levam os industriais a buscarem outros consumidores nos países da sub-região. Contudo, tal consumo interno insuficiente tem sua raiz nos baixos salários com que os trabalhadores são recompensados, não sendo a quantia satisfatória para seu próprio sustento e o de sua família. A partir dessas considerações, nos parece importante a análise de alguns indicadores econômico-sociais que possam refletir um panorama das condições da mão-de-obra brasileira, assim como dados sobre o mercado interno.

O primeiro aspecto que nos parece importante e que contribui para a compreensão das condições de vida dos cidadãos brasileiros é o Índice de Desenvolvimento Humano, mais conhecido como IDH. Criado no início da década de 1990, tal medição foi inovadora em sua proposta de medir o desenvolvimento de um país não mais com enfoque no produto econômico e sim no bem-estar das pessoas (PNUD, 20.04.2012). Assim, procurou-se quantificar as condições da vida humana, com o objetivo de contribuir com dados mais eficazes na formulação de políticas sociais.

O IDH procura captar diferentes variáveis que se resumem a três dimensões: PIB per capita; longevidade; e educação. O fato de ser um índice sintético agrega uma complexidade interessante a seus resultados. Apesar de não ser um raio-X exato das circunstâncias do local, o IDH é capaz de esboçar em termos quantitativos um determinado contexto social. Dito isso e mediante a observação do gráfico 5 abaixo, pode-se notar a evolução do IDH do Brasil, Equador, países da América Latina e Caribe, e países de alto desenvolvimento humano.

No período, o Brasil é o que mostra a maior evolução: 12,78%. O país obteve um desempenho maior que a média dos países da América Latina e Caribe e das nações de alto desenvolvimento humano, marcando 12,00% e 11,63%, respectivamente. O Equador, por sua vez, apresentou um crescimento de 8,95% do seu IDH. É importante observar que, apesar da notada evolução brasileira (de 0,634 em 1995 para 0,715 em 2010), em grande parte puxada pelo crescimento econômico, o Brasil ainda apresenta um desenvolvimento inferior à média dos países latino-americanos e caribenhos.

Gráfico 5

Fonte: UNDP

Um segundo fato notório é a diferença do desempenho entre Brasil e Equador em meados da década de 1990, se comparado ao obtido ao final dos anos 2000. Naquele então, o desenvolvimento humano do Equador era 3,79% maior que o do Brasil, variação esta reduzida a 0,42% em 2010. Nota-se que houve uma evolução percentual do IDH brasileiro em comparação ao equatoriano, principalmente até 2000 pois, a partir dessa data os dois países apresentaram um desenvolvimento na mesma proporção.

Um terceiro ponto a mapear é a localização dos países da América Latina e Caribe na classificação apresentada no Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Assim são os grupos: países de desenvolvimento humano muito alto, de desenvolvimento humano alto, de desenvolvimento médio e de baixo desenvolvimento. A maioria dos países da região se posiciona entre os grupos de alto e médio desenvolvimento humano, com exceção de Argentina e Chile que se colocam entre os de desenvolvimento muito alto. O Brasil e o Equador estão entre os países de alto desenvolvimento humano porém, conforme se observa no mesmo gráfico 6, ainda assim se localizam abaixo da média desse grupo.

A principal condição apontada para a elevação do IDH brasileiro foi o crescimento econômico do país na última década, já que a expansão da economia tem relação com a melhora da qualidade de vida da população. Mas não apenas isso: outros padrões como educação, saúde, expectativa de vida também avançam no período analisado, contribuindo para a melhora do IDH brasileiro. A exceção fica por conta do analfabetismo adulto, medida essa que caiu a taxas modestas nos anos 2000 e inclusive apresentou um aumento do número absoluto de analfabetos.

A situação de pobreza, grande mazela dos países subdesenvolvidos, apresenta uma melhora significativa de suas taxas no período de 1995 a 2010 no Brasil, como representado no gráfico 6. No país, observamos o pico em 2003, primeiro ano do governo Lula, quando 35,8% dos brasileiros sobreviviam abaixo da linha da pobreza. A partir dessa data, a taxa tem sofrido quedas consecutivas atingindo seu ponto mais baixo em 2010, com uma porcentagem aproximada de 19,6%¹⁸. Já o Equador contempla também uma redução dos níveis de pobreza do país a partir de 1999. Os anos que antecedem a essa data, no entanto, marcam a ascensão progressiva da porcentagem de pobres no país, quando mais da metade da população equatoriana (52,2%) vivia abaixo da linha da pobreza.

Gráfico 6

Fonte: Banco Mundial

¹⁸ Número aproximado visto que o último dado fornecido pelo Banco Mundial é o referente ao ano de 2009;

É sabido que o crescimento econômico e os programas de distribuição de renda figuram entre as principais causas da diminuição da taxa de pobreza que assola o Brasil. A queda relativa da desigualdade de renda aliada ao aumento do salário mínimo real e a redução do desemprego são outros fatores que contribuíram para essa evolução. Como se observa no gráfico 6, em comparação ao país andino o Brasil apresenta um desempenho médio superior em aproximadamente 11%.

Um terceiro viés importante para o mapeamento das condições da população ativa do Brasil passa, sem dúvidas, pela remuneração real. O gráfico 7 mostra a evolução do salário mínimo de 1986 a 2010 e a variação que sofreu em diferentes governos desde o fim da ditadura militar. Apesar de o avanço nominal ter ocorrido de tempos em tempos, o salário real sofreu reajustes inferiores à inflação por repetidas vezes, acarretando prejuízos à classe trabalhadora.

O salário mínimo estabelecido no ano de 1986 se destaca, tendo atingido o valor de R\$ 517,22, se tal montante fosse atualizado para a moeda corrente atualmente, corrigindo-se também a inflação. É notório que apenas 25 anos depois de depreciações do salário mínimo real o mesmo volte valer o que significava em meados da década de 1980. No entanto, se considerar-se o período analisado nesse trabalho (de 1995 a 2010), pode-se verificar um aumento modesto porém gradual dos pagamentos aos brasileiros.

Gráfico 7

Fonte: Folha de S. Paulo – Obs.: * descontada a inflação

Frente aos dados apresentados conclui-se que o Brasil não reúne características conjunturais domésticas que motivem as empresas instaladas no país a buscar mercado

consumidor em países vizinhos. Primeiro porque não se pode verificar a existência do que Marini chamou de superexploração do trabalhador assalariado. O país tem apresentado bons índices de IDH, de redução das condições de pobreza e melhoras reais nos salários dos trabalhadores, entre outros. Portanto, sob essa ótica, o Brasil não reúne os pré-requisitos necessários para ser considerado um país subimperialista.

CAPÍTULO 3 – A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS

Este terceiro capítulo tratará de uma dimensão essencial da questão do subimperialismo: a internacionalização das empresas brasileiras. No foco, apresentaremos o caso da maior corporação brasileira, a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras, que teve atuações polêmicas no território equatoriano nos primeiros anos do século XXI. Em um primeiro momento mostra-se importantes alguns esclarecimentos sobre esse movimento rumo ao exterior.

3.1 – A inserção internacional das companhias brasileiras

Quando se trata da contextualização de um determinado processo, geralmente surgem dificuldades na determinação de datas específicas. O que se pode dizer com relação à internacionalização das firmas brasileiras é que há um visível avanço nessa direção a partir dos anos 1990, quando ocorre no Brasil uma significativa abertura econômica. Não cabe aqui a discussão de se o país colheu mais benefícios ou prejuízos. O fato é que bem ou mal o Brasil se abriu comercialmente ao mundo e mundo pode adentrar a vida econômica brasileira de forma mais efetiva.

Há diversos estudos recentes que tomam conta desse tema. A relevância de trazê-lo para essa discussão reside no fato de este ser uma demonstração importante da atuação brasileira na sub-região. Mais especificamente, a presença de empresas brasileiras em outros países sul-americanos vai além do mero interesse econômico-comercial. As companhias brasileiras, principalmente as de caráter estatal, carregam em si um alto grau de identificação com o próprio Estado brasileiro. São vistas nos países que a recebem como um braço de ação do governo e como tal são tratadas. Em um mundo globalizado em que grandes corporações se tornam atores no contexto internacional, com poder de atuação muitas vezes superior ao de certos Estados, é imprescindível considera-las nesse estudo.

Apesar de não discutir a fundo essa dimensão, Marini (1971), assim como Baran (1958), não deixou de notar a importância da exportação de capitais para o sistema capitalista, coroando-a como uma das características mais importantes do imperialismo vigente à época. Complicado argumentar que a relevância das movimentações financeiras tenha se deteriorado. Pelo contrário: a própria crise financeira experimentada em 2008 confirma isso. Atualmente ou naqueles idos, é natural do sistema capitalista que os capitais busquem terrenos onde

possam se reproduzir da forma mais eficiente possível. Ou seja, é intrínseca a este sistema a necessidade de obtenção de lucros crescentes, transcendendo barreiras geográficas. Apenas esse fato já seria suficiente para justificar a projeção das empresas brasileiras para fora. Mas há outras razões que sustentam essa ação.

De acordo com Cyrino, Oliveira Jr. e Barcellos (2010), a projeção das empresas ao exterior ocorre geralmente após algumas etapas ocorridas em solo nacional. De início, as companhias apostam em uma expansão em nível local e nacional. Atingido isso, as mesmas geralmente procuram diversificar a oferta de seus produtos ou serviços prestados, ou mesmo atuar em outras posições da mesma cadeia produtiva. Apenas depois de se consolidarem no mercado doméstico, as empresas consideram a possibilidade de uma expansão ao exterior.

É válido afirmar que há diferentes níveis de risco em atuar comercialmente no exterior, o que faz com que as companhias comumente se projetem de forma gradual e de acordo com alguns padrões. A exportação é a primeira manifestação no processo de internacionalização, pois requer pouco comprometimento de recursos e baixo risco. As outras possibilidades vão desde a associação a empresas estrangeiras, instalação de escritórios/filiais no país hospedeiro até a consolidação de fábricas e centros de pesquisa. Assim, os riscos e os investimentos aumentam progressivamente como também as possibilidades de maiores lucros.

Se há um ponto em que esta literatura converge com Marini (1971) é no quesito saturação do mercado doméstico. Este parece ser uma justificativa comum para a internacionalização ocorrer. Para Tanure, Cyrino e Penido (2007), é a necessidade de fazer com que as taxas de crescimento continuem aumentando, mesmo após a saturação do mercado interno, que impele as companhias ao exterior. Marini (1971) observa também a questão do mercado doméstico, considerando-o estreito e problematiza: o recebimento de equipamentos obsoletos vindos principalmente dos Estados Unidos acarreta em desemprego no Brasil, o que mantém os salários baixos já que há também no país, como em outros países em desenvolvimento, o problema da falta de mão de obra qualificada nacional.

Assim,

[...] la burguesía brasileña no puede contar con un crecimiento del mercado interno en grado suficiente para absorber la producción creciente que resultará de la modernización tecnológica. No le queda otra alternativa que intentar expandirse hacia el exterior, y se le vuelve entonces necesario garantizar una reserva externa de mercado para su producción. (MARINI, 1971, p-85)

Para o autor, o mercado externo torna-se vital para as empresas brasileiras, indo além do retratado pela literatura mais recente sobre o tema da internacionalização. O mercado externo torna-se essencial para essas empresas continuarem suas atividades, levando-se em conta os limites do mercado doméstico. E essa dependência fará com que se desenvolva uma luta ativa por mercados, o que impede a comparação de um país subimperialista com países exportadores de manufaturas, pois o problema do mercado é o diferencial central nessa questão, como desenvolvido no capítulo 1.

Outro padrão que se observa na internacionalização de empresas brasileiras é a preferência pelos mercados latino-americanos como destino de estreia no exterior. Isso se explica tanto pela proximidade geográfica, que minimiza custos logísticos, quanto pela identificação cultural, por conta da semelhança das línguas e do comportamento mercadológico. Essa proximidade minimiza a distância psíquica existente entre a empresa e os compradores/consumidores, proporciona uma comunicação mais fluida e abranda as dificuldades que existem em termos de diferenças nos regulamentos e no relacionamento com competidores (Tanure, Cyrino e Penido, 2007). Outras motivações, como proximidade de fontes de matéria-prima ou recursos naturais, assim como a vantagem de utilização de um *know-how* especializado podem também influenciarem empresas a investirem no exterior.

Para Marini (1977), a América Latina também desempenhava no passado um destino comercial brasileiro evidente. Já nos governos de Jânio Quadros e João Goulart, havia um esforço por parte da diplomacia brasileira em garantir reservas de mercado na África e na América Latina. À época, as exportações eram vistas apenas como uma medida temporária para contornar o problema estrutural do mercado interno. A partir do governo de Castelo Branco, porém, as exportações desenvolvem o status de alternativa mesma para driblar a questão estrutural interna. Assim, o mercado latino-americano passa a ter maior importância para as firmas brasileiras, motivando uma ação subimperialista por parte do Estado brasileiro.

Um fato que chama a atenção no movimento rumo ao exterior ocorrido de forma mais relevante nessa última década é a complexidade que tal projeção adquiriu. Assim, ao mesmo tempo em que é nítida uma maior atuação das firmas brasileiras na América do Sul, corroborando com as frequentes manifestações de Estadistas latino-americanos a favor de políticas integracionistas – muitas delas tendo sido evidenciadas na prática –, houve também uma guinada à esquerda na maior parte dos países sul-americanos, com a ascensão de governos nacionalistas. Consequentemente desfavoráveis à presença de companhias

estrangeiras, justificado pelo histórico de espoliação praticado pelos países centrais, tais governos encontram a difícil tarefa de conciliar a obtenção de recursos para sua população, geralmente pobre, e ao mesmo tempo evitar que acordos lesivos ao país continuem a ocorrer.

Com o retorno de governos nacionalistas, o debate sobre a reapropriação dos recursos naturais também voltou a ser discutida. Isso porque durante a onda neoliberal que assolou os países da sub-região durante a década de 1990, diversas empresas estatais, muitas das quais ligadas a setores estratégicos, passaram para mãos privadas. A privatização da Usina Siderúrgica de Minas Gerais – Usiminas durante o governo de Fernando Collor de Mello foi simbólica. Não apenas por ter sido a primeira, mas por ser uma das companhias mais lucrativas do segmento na época, contrariando o argumento corrente de que as empresas estatais eram ineficientes e que davam prejuízos (Souza, 2008).

A abertura econômica trouxe impactos significativos para a América do Sul mas não alterou de forma profunda a estrutura do setor. Apesar do aumento da competitividade ter incentivado a indústria a se modernizar, o fato é que os países da sub-região ainda dependem em grande medida da exploração e exportação de matérias primas como uma importante fonte de recursos (Gonçalves, 2007). Tendo em vista que muitas das empresas que passaram pelo processo de desnacionalização são partes de setores estratégicos do país, não é de surpreender que surja um movimento pela recuperação do controle de tais companhias quando da emergência de tais governos.

Um caso surpreendente foi o da concessão da exploração dos serviços da água na cidade de Cochabamba, na Bolívia. Em 1999 o governo privatizou o serviço de fornecimento da água, deixando a cargo do consórcio de empresas *Águas del Tunari* o controle do bem público. Depois de diversos incidentes em que a população se viu lesada (como o aumento vertiginoso do preço do fornecimento em até 100% somente meses depois do início das atividades da nova empresa), uma série de protestos tomou lugar no país. No ano seguinte, as manifestações tomaram conta das ruas da cidade, episódios que ficaram conhecidos mais tarde como a *Guerra del Agua*. Essas foram as primeiras a protagonizar a onda pela reapropriação dos recursos naturais, saindo vitoriosas mediante a desistência da empresa estrangeira em continuar prestando serviços no país (Gonçalves, 2007; Pfrimer, 2008).

Após tal conquista, outras manifestações nessa direção passaram a ocorrer em diversas partes da América do Sul, ganhando um impulso político a partir da emergência de governos nacionalistas favoráveis a causa. A interrupção da privatização pela qual passaria a Petróleos

de Venezuela – PDVSA, mantendo-a sob controle estatal, quando da eleição de Hugo Chávez em 1998 ou a nacionalização da empresa estadunidense Occidental – Oxy, durante o governo de Alfredo Palácios no Equador, são outros exemplos de um movimento em prol de um controle efetivo por parte dos Estados de recursos estratégicos.

Além da água, outro recurso escasso que possui influência imperativa nas relações internacionais, e que volta à cena no debate pela sua recuperação, é o petróleo. De importância estratégica fundamental, o país que o possui tem seu poder aumentado na hierarquia internacional, em detrimento das nações que dependem de sua importação. Como fonte de energia, o petróleo tem relevância crescente, visto que os países em desenvolvimento demandam quantidades cada vez maiores de energia como forma de assegurar seu crescimento. A posse e o gerenciamento de sua exploração passam a ser uma das questões centrais de qualquer governo na atualidade, como ressalta Robert Ebel, do *Center for Strategic and International Studies*:

Os derivados do petróleo abastecem mais do que automóveis e aviões. O petróleo abastece o poder militar, tesouros nacionais e a política internacional. Ele não é apenas uma *commodity* que pode ser comprada e vendida no contexto tradicional do equilíbrio entre oferta e demanda, mas um determinante do bem-estar, da segurança nacional e do poder internacional daqueles que possuem esse recurso vital e o inverso disso para os que não o possuem. (EBEL apud FUSER, 2008, p - 40).

Há diversas razões para tal relevância: segundo Fuser (2008), o petróleo é um combustível que não possui equivalente eficaz, possui um custo interessante de exploração uma vez que os investimentos iniciais são feitos, além da facilidade de poder ser transportado por grandes extensões sem alterar suas características. A importância desse óleo, contudo, transcende suas propriedades químicas, uma vez que influencia decisivamente a correlação de forças do sistema internacional. O petróleo já foi motivo de diversos conflitos, como a mais recente guerra do Iraque, e deve continuar a ser no futuro já que, de acordo com diversos estudiosos, as reservas mundiais estariam perto do ápice, tendo como base o cálculo desenvolvido por Marion King Hubbert. O ápice da extração do petróleo é conhecido como Pico de Hubbert (Rosa e Gomes, 2004).

Neste contexto, os movimentos das empresas petrolíferas são observados com atenção pelos governos mundiais. A Petrobras é uma dessas empresas. Dada a importância que a empresa representa para a América do Sul, é imperativo a análise de seu processo de internacionalização. Isso será possível a partir dos conhecimentos sobre internacionalização

de empresas apresentados nesse tópico e valendo-se de outras informações sobre a companhia apresentadas a seguir.

3.2 – A Internacionalização da Petrobras

A Petrobras é atualmente a maior empresa brasileira e a terceira maior empresa do setor de energia do mundo. Com atuação em 28 países, através de subsidiárias e de parceiros locais, a empresa gera lucro líquido anual na ordem de R\$ 35 bilhões para os seus 576.975 acionistas. Desde 1997, com a quebra do monopólio da empresa sobre o petróleo brasileiro, a Petrobras se torna uma firma de economia mista, sendo o Governo do Brasil seu acionista majoritário, com direito a nomeação de seus principais dirigentes e com decisão final sobre sua política. A Petrobras é também a oitava maior empresa em valor de mercado do mundo e atua em toda a cadeia produtiva do segmento. (PETROBRAS, 20.01.2012).

A empresa tem uma produção diária de 2.583 mil barris de petróleo por dia e 428 mil barris de gás natural. Suas reservas provadas de petróleo são de aproximadamente 14 bilhões de barris. Em 2006, o Estado brasileiro anunciou a autossuficiência do país em relação ao petróleo. A descoberta do petróleo localizado na camada do pré-sal, ocorrida no mesmo ano, cria expectativas do Brasil se tornar o quarto maior produtor de petróleo do mundo em 2030. Em 2010 a Petrobras passa a atuar em todos os continentes a partir da concessão de exploração na Austrália e Nova Zelândia. (PETROBRAS, 20.01.2012).

Foi durante o governo do General Ernesto Geisel (1974-1979), que o Brasil iniciou uma busca mais ativa pela ampliação de seus parceiros internacionais, ação viabilizada por conta de uma política externa mais pragmática daquele governo. Até então sua atuação internacional se resumia a uma operação na Colômbia, realizada através de uma parceria local, que se iniciara em 1972. Poucos anos depois, com o estreitamento das relações brasileiras com as nações latino-americanas e com países africanos e árabes (Cervo e Bueno, 2008), a Petrobras dá início as suas atividades de exploração de petróleo (além da importação de petróleo cru para o refino no Brasil) nesses outros territórios, obtendo a partir da esfera externa os lucros e os barris de petróleo necessários para a empresa garantir abastecimento do crescimento econômico brasileiro.

É a partir da década de 1970 que a Petrobras se lança de forma mais efetiva no cenário internacional. Até então suas atividades se resumiam a aquisição de petróleo através do comércio exterior. Para essa nova etapa, a empresa cria em 1972 a subsidiária Braspetro, esta

responsável por cuidar dos negócios internacionais da Petrobras. O objetivo da sucursal era atuar na prospecção e exploração de poços de petróleo fora do país. No ano seguinte, a Petrobras encontra petróleo e gás natural na bacia de Campos e os investimentos necessários para a exploração em alto-mar se iniciam. Os administradores da empresa não demoram a perceber que as reservas de petróleo localizadas na plataforma continental brasileira poderiam ser o reservatório que o país precisava para abastecer sua demanda interna. Vale ressaltar que tal modalidade de exploração em alto-mar é atualmente uma especialidade da empresa, graças ao constante avanço tecnológico alcançado por seus engenheiros. A empresa presta esse serviço em diversos países onde atua direta ou indiretamente.

Possivelmente motivada pelo primeiro choque do petróleo de 1973, a Petrobras, via Braspetro, celebra em 1976 o primeiro contrato de risco de sua história para exploração de petróleo em outros países. Segundo Toscano (2010),

A base contratual era: caso óleo fosse descoberto, este seria de propriedade do governo do Estado de origem; em contrapartida, caberia a Petrobras, em recompensa por seus investimentos, o direito de comprar certo volume de óleo cru a preços preferenciais, enquanto durasse o contrato. Contratos foram celebrados com o Egito, Irã, Argélia, Líbia e Filipinas (TOSCANO, 201, p – 97).

O contrato visava ampliar os investimentos da companhia e garantir o preço acessível ao bem, uma vez que o preço do barril no mercado internacional disparou durante a crise deflagrada. O objetivo assim era prezar pela autonomia do Brasil em relação à obtenção da *commodity*, já que o crescimento econômico brasileiro gerava aumento da demanda pelo óleo. À época, o país produzia apenas 20% do petróleo que necessitava e adquiria, principalmente dos países do Oriente Médio, os 80% restantes (Toscano, 2010). O segundo choque do petróleo em 1979 viria a agravar tal necessidade em garantir acesso ao recurso.

Prosseguindo com a expansão de seus negócios no exterior e frente ao sucesso da Braspetro, a Petrobras inaugura duas subsidiárias em 1976. A Petrobras Comercio Internacional S.A. – Interbras e a Braspetro Oil Services – Brasoil (Souza, 2010). Ambas “eram encarregadas das atividades de comércio de exportação e importação de bens e serviços e dar maior flexibilidade e rapidez às ações da Braspetro no exterior” (Borini; Ribeiro apud Souza, 2010).

Na década de 1980, em parte devido à crise da dívida externa que assolou a América Latina, a Petrobras voltou seu foco para seu país de origem, sem deixar de manter os investimentos no mercado internacional. Durante a década é flagrante a criação de diversas

refinarias no Brasil e o crescente investimento na exploração de petróleo em águas profundas. Há que se notar nesse período uma importante alteração da estratégia da companhia. Até os primeiros anos da década, a atuação da empresa no exterior era realizada basicamente através de parcerias. A partir de meados de 1980, no entanto, a Petrobras passa a investir diretamente no segmento de exploração e produção de petróleo no exterior. Os investimentos diretos da empresa na época têm como destino os seguintes países: Colômbia (1972 e 1986¹⁹), Estados Unidos (1987), Argentina (1993), Bolívia (1996), Equador (1996) e Nigéria (1998) (PETROBRAS, 05.03.2012). É nítida a diversidade de fontes que a empresa procura garantir. Além desse feito, há que se destacar a aquisição da companhia Lasmo na Colômbia, no ano de 1998, duas refinarias bolivianas (estas em parceria com a argentina Perez Companc) em 1999 e a troca de ativos com a Repsol-YPF argentina.

É também durante a década de 1990 que duas medidas importantes envolvendo a Petrobras são tomadas: primeiramente, a subsidiária Interbrás é extinta em 1990 pelo então presidente Fernando Collor de Mello. Sete anos mais tarde, em 1997, a Lei 9.478 é sancionada durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso. Tal lei dispunha sobre a política energética nacional. Sua relevância reside no fato de ser por ela que o monopólio da Petrobras é quebrado e a Agência Nacional de Petróleo – ANP, para regular as atividades relacionadas à *commodity*, é criada. Sobre a quebra do domínio público sobre o setor do petróleo, Fuser (2007) ressalta: “Essa medida preparou a privatização parcial da empresa, com a abertura do seu capital aos investidores privados, a partir de 2000” (FUSER, 2007, p – 3).

Com o primeiro passo dado por uma flexibilização do setor petroleiro, e após diversas privatizações nas áreas de telefonia, mineração e do setor elétrico, em 2000 o governo avança sobre a Petrobras e privatiza parcialmente a empresa, mantendo a União como acionista majoritária. Esse ato permitiu que parte importante das ações vendidas passasse para as mãos de investidores estrangeiros.

De acordo com Souza (2008):

No caso da Petrobras, venderam-se, em agosto de 2000, as ações ditas excedentes em relação à garantia do controle acionário, por um valor total de US\$ 4 bilhões, ao qual se somaram mais US\$ 808 milhões arrecadados em julho do ano seguinte. Registre-se que 67% desse montante foram adquiridos por grupos estrangeiros. Some-se a isso o fato de a Agência Nacional de Petróleo haver leiloado importantes reservas de petróleo (SOUZA, 1998, p – 242).

¹⁹ A Colômbia é o primeiro país, fora o Brasil, onde a Petrobras atuou. Depois de uma primeira experiência em 1972, a empresa retorna ao país em 1986.

Depois da abertura parcial do setor energético brasileiro, a Petrobras acelera seus investimentos no exterior, medida que provavelmente buscara funcionar como uma válvula de escape uma vez que a empresa passara a ter concorrentes em solo nacional. Possivelmente, a partir da consolidação da marca na sub-região, a empresa veria seu poder de atuação no Brasil aumentado. Conforme Fuser (2007), “Foi a perspectiva do fim do monopólio da exploração das reservas brasileiras de combustíveis que levou a Petrobras a se voltar para a busca de novos negócios no exterior” (FUSER, 2007, p – 3).

E assim a empresa direciona esforços à concretização de negócios em outros países. A aquisição da Perez Companc em 2002 pela Petrobras consolida a presença da empresa brasileira na América do Sul, uma vez que a companhia argentina atuava diretamente no Equador, Peru e Venezuela. Estima-se que as vantagens estratégicas tenham sido mais significativas em relação à Venezuela, uma vez que o país é um dos maiores produtores de petróleo do mundo, é membro-fundador da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), e possui 296.50 bilhões de barris de petróleo cru de reserva provados (OPEP, 25.01.2012).

A compra de 58,6% da companhia Perez Companc no período provavelmente foi motivada pela crise argentina, que trouxe fortes impactos à empresa: de acordo com Ribeiro (2006), seu patrimônio na ordem de US\$2,9 bilhões em 2001, se viu reduzido para menos da metade no ano seguinte. Segundo a autora, a empresa atua em diversas etapas do processo produtivo do petróleo, como no refino, transporte, exploração de petróleo e gás, entre outros.

A aquisição da Perez Companc significou para a Petrobras o crescimento e consolidação da estratégia internacional, com retomada de diversificação de atividades diminuídas no início da década de 1990 e aproveitamento de sinergias no Cone Sul. Após a aquisição, cerca de 80% da receita da área internacional [da empresa] provém do Cone Sul (RIBEIRO, 2006, p – 17).

No ano de 2002 a Petrobras incorpora sua subsidiária internacional, a Braspetro, ao departamento Área Internacional, que fora criado em 2000.

Atualmente, a Petrobras é uma empresa de economia mista. É uma empresa estatal, pois o principal acionista (com ações ordinárias e com direito a voto) continua a ser o Estado brasileiro, porém é em parte uma empresa privada, visto que mais da metade do seu capital é oriundo de investidores privados. Vista dessa perspectiva, a atuação da Petrobras na esfera internacional nem sempre responderá a um comportamento comum às firmas privadas. Há um

forte componente estatal nessa combinação e que não deve ser ignorado. É a partir dessa informação que analisaremos as motivações da empresa em sua atuação internacional.

3.3 – O papel da Petrobras e o Estado brasileiro

Apesar de ser uma empresa de capital aberto, a Petrobras ainda possui um forte caráter estatal, dado o fato de o Estado brasileiro ser seu acionista majoritário, conforme visto anteriormente. Assim, a Petrobras funciona, por vezes, como um instrumento de política externa do governo brasileiro. Apesar de ter de responder a sua vasta gama de acionistas com lucros convincentes, a empresa parece não se pautar essencialmente pelo padrão de comportamento esperado às empresas privadas quando de suas respectivas internacionalizações.

Primeiramente, quando se observa o comportamento da Petrobras durante os anos 1970, período dos dois choques do petróleo, esse corresponde ao primeiro momento em que a empresa se projeta de forma significativa no cenário internacional. O motivo principal não é outro senão a busca por garantir outras fontes de fornecimento de petróleo ao Brasil, em uma tentativa de evitar que o país tenha sua soberania limitada por conta da falta desse acesso. Apesar da primeira atuação externa da Petrobras ter sido em um país sul-americano (Colômbia – 1972), não se pode afirmar que o motivo que pautou sua projeção externa à época tenha sido por identificação cultural ou proximidade geográfica, visto os outros mercados de atuação da empresa (como Egito, Argélia, Filipinas, entre outros).

Outro impulso importante, ocorrido principalmente na segunda metade da década de 1990, após a quebra do monopólio da Petrobras sobre o petróleo brasileiro, foi um massivo investimento nos mercados sul-americanos. O surgimento de concorrência em território nacional pode ter motivado a busca pela diversidade de atuação como forma de redução de riscos. Até mesmo a abertura econômica pela qual passaram os países da América do Sul teria facilitado a entrada da Petrobras nesses países (Fuser, 2007). No entanto, este impulso em direção aos países da sub-região parece estar diretamente relacionado a um projeto maior: o da integração regional.

Assim, com os avanços do Mercosul, a Petrobras passar a se beneficiar dos acordos vantajosos vigentes na sub-região. Os argumentos de uma menor distância psíquica com esses países ou da possibilidade de utilização de *know-how* especializado, como o conhecimento em exploração em águas profundas, caberiam na explicação. Segundo Souza (2010), contudo, a

projeção da empresa nessa direção está muito mais ligada a uma diretriz governamental que, desde o final dos anos 1990, encetou um ambicioso processo de integração regional, do que a motivos comuns às empresas privadas.

De acordo com Cervo e Bueno (2008),

Desde o início da década de 1990, o Brasil traçou uma estratégia que permaneceria invariável: reforço do Mercosul com convergência política entre Brasil e Argentina e a organização do espaço sul-americano com autonomia perante os Estados Unidos (CERVO e BUENO, 2008, p – 486-487).

Na década seguinte as motivações não são diferentes: a empresa prossegue lado a lado ao governo brasileiro por uma presença cada vez mais significativa na América do Sul. Apesar de a Petrobras ter feito um bom negócio com a compra da empresa Perez Companc em um momento em que o país vizinho apresentava uma economia fragilizada, era também estratégico para a empresa brasileira se firmar no principal mercado na sub-região, depois do nacional, atitude que segue na esteira do processo integracionista abraçado pelo Brasil.

Não há dúvidas que a Petrobras desempenha papel protagonista nas questões energéticas do país. Ao longo de sua existência, atuou em parceria com o governo brasileiro pela busca da consolidação de sua soberania energética. A empresa é ferramenta essencial do Estado pelo cumprimento de seu projeto nacional. Tal inter-relação ganha especial dimensão quando cresce a demanda de energia por países em desenvolvimento, principalmente pelos identificados pelo acrônimo BRICS ²⁰.

Ainda que seu comportamento a Petrobras corresponda, vez ou outra, a uma parte do que a literatura sobre o tema coloca como razões à internacionalização, o fato é que o histórico da projeção da empresa no exterior pouco se relaciona com elas. Conforme discorrido acima, as diretrizes adotadas pela companhia estão intimamente ligadas aos objetivos do Estado brasileiro. Assim, sua atuação internacional tende a responder muito mais às decisões políticas vindas de Brasília do que às ambições puramente capitalistas, apesar de não deixar de lado essa dimensão.

²⁰ Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

3.4 - A Petrobras na América do Sul: o caso do Equador

A empresa Petrobras Argentina S.A., subsidiária da Petrobras, está presente no Equador desde 2002 através de sua subsidiária a Petrobras Argentina S.A. Esta atuou no país através da Sociedad Ecuador TLC S.A, da qual detém 30% dos ativos. A entrada da empresa no país andino coincidiu com o período de sua inserção mais ativa no mercado internacional e com a atenção que dispendeu à América do Sul naquele então.

O histórico de sua presença no Equador foi permeado de atividades controversas e dificuldades legais, que culminaram com a saída da Petrobras do país em finais de 2010. Atualmente, a empresa mantém atividade no país somente por conta de uma parcela que possui da Sociedad Oleoducto de Crudos Pesados S.A. (OCP), oleoduto que possui com outras empresas privadas. O empreendimento, que está em funcionamento desde 2003, transporta o petróleo extraído da região amazônica até a costa equatoriana (OCP, 16.02.2012).

O desentendimento derradeiro que travou com o governo de Rafael Correa se deu por ocasião da renegociação dos contratos que a empresa possuía no país. Com tais acordos, o governo buscava transformar os contratos de concessão de exploração em contratos de serviços. De acordo com a nova diretriz, o governo equatoriano é o proprietário do petróleo, o que restaria às companhias receber um valor por cada barril de petróleo extraído. Essa medida está de conformidade com a nova *Ley de Hydrocarburos*, que devolveu para as mãos do Estado o direito a posse dos recursos naturais do país e seu manejo soberano. Com os novos contratos, o governo equatoriano aumentou entre 70% e 80% sua parcela de participação nos lucros da exploração do petróleo, em detrimento da margem anterior de 18%²¹.

De acordo com o presidente da companhia em 2010, José Sérgio Gabrielli, a proposta do governo não atendia às expectativas da Petrobras, argumentando que “A Petrobras não é uma empresa prestadora de serviços. Ela é produtora de petróleo e as condições econômicas do contrato de serviços não nos servem” (PORTAL BRASIL, 06.08.2011).

A recuperação do controle dos bens naturais do Equador é uma das bandeiras da gestão Correa e é baseada na relação de desigualdade que historicamente o Estado equatoriano se encontrou em detrimento dos vultosos lucros que as multinacionais arremataram no país. No caso específico do Equador, a luta pela recuperação dos recursos

²¹ **Ecuador da por terminados contratos con Petrobras y logra acuerdo con Repsol.** Disponível em: <http://www.elmercurio.com.ec/260087-ecuador-da-por-terminados-contratos-con-petrobras-y-logra-acuerdo-con-repsol.html>

naturais está ligada aos valores indígenas resumidos pelo *Sumak Kawsay*, ou bom-viver em quéchua, que apenas recentemente passaram a ter importância no cenário político do país²².

O Equador desenvolveu ao longo dos anos uma profunda dependência do petróleo. Esse quadro infelizmente não é exceção no país andino. De acordo com Acosta (2009), o Equador foi sempre um país produto, confiando à exportação de um único produto a tarefa de sustentar a economia do país. Desde o advento da República em 1830, o Equador baseou sua economia na extração e venda de seus bens naturais ao mercado exterior. Assim, o país vivenciou diversos ciclos econômicos como o do cacau, o da banana, o dos camarões e, mais recentemente, o petroleiro. Os riscos de uma economia monocultora se baseiam na dependência que criam do mercado externo, quando as vicissitudes do mesmo o fazem volátil. Uma queda nos preços internacionais ou doença ou praga na produção doméstica do produto já são capazes de causar um grande impacto na economia do país.

Acosta (2011) chega a considerar a riqueza natural do Equador sua própria desventura. O autor não trabalha com o conceito de determinismo geográfico como causa das mazelas do país, ou seja, ao estabelecer uma relação inevitável entre posição geográfica (no caso, os países mais próximos à linha do Equador) à condição de dependência e de subdesenvolvimento, apesar de esta ser a linha de um estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Através de uma análise lúcida, o economista nos recorda das origens coloniais das economias primário-exportadoras, do comércio desigual invariavelmente praticado e, mais tarde, das diretrizes neoliberais estabelecidas pelo Consenso de Washington que geraram, na maioria das vezes, a privatização de setores estratégicos e maior dependência às economias latino-americanas.

“A maldição da abundância” é expressão que Acosta usa para definir o paradoxo existente entre riqueza de recursos naturais e pobreza da população:

Aunque resulte poco creíble a primera vista, la evidencia reciente y muchas experiencias acumuladas permiten afirmar que esa pobreza está relacionada con dicha riqueza. Esto permite sostener que los países ricos en recursos naturales, cuya economía se sustenta prioritariamente en su extracción y exportación, encuentran mayores dificultades para desarrollarse (ACOSTA, 2009, p – 22).

A atividade de extração do petróleo equatoriano segue na esteira histórica de dependência da exportação de bens primários no país. Apesar de apresentar uma participação irrisória na oferta mundial de petróleo, com uma produção estimada em 495.100 barris por

²² Pela primeira vez na história do Equador, os valores do *Sumak Kawsay* foram reconhecidos pela Constituição de 2008, no artigo 14 do segundo capítulo: “Se reconoce el derecho de la población a vivir en un ambiente sano y ecológicamente equilibrado, que garantice la sostenibilidad y el buen vivir, *sumak kawsay*.”

dia, sendo naquele ano o 32º na lista dos maiores produtores mundiais (CIA FACTBOOK, 01.03.2012), para o Equador a exportação do bem é parte fundamental da vida econômica. Apesar do descobrimento do óleo ter ocorrido no país ainda em fins do século XIX, não foi antes da década de 1970 que o Equador realmente se viu como um país petroleiro no mercado mundial. Apesar disso, a entrada massiva de capitais no Equador na época, proporcionada pela grande liquidez mundial e a atividade lucrativa do petróleo no país, tiveram como consequência seu massivo endividamento externo. Os primeiros efeitos foram sentidos já no início da década de 1980. A queda dos preços mundiais do petróleo, atrelada à cobrança da dívida externa dos países latino-americanos, pôs fim ao sonho petroleiro. Na década seguinte, e também se levando em conta outros fatores externos daqueles tempos, o país presenciou um dos empobrecimentos mais rápidos já registrados na sub-região (Acosta, 2009).

Outra marca da atividade petroleira equatoriana é a exportação de petróleo cru, uma vez que o refino do produto ocorre no exterior. O país exporta o óleo para, logo em seguida, importá-lo refinado para o consumo interno, o que se verifica como um mecanismo custoso e desvantajoso ao país. Há mais um fator que também não refresca a situação: o país equatoriano já atingiu seu pico de produção, fato que trará uma queda gradativa da oferta e uma correspondente diminuição da qualidade do petróleo. Segundo Acosta (2010), A necessidade de fazer a transição de uma economia petrolífera para outra se apresenta como um grande desafio a ser enfrentado pelo país (informação verbal) ²³.

A breve contextualização da importância que o petróleo desempenha no Equador se fez importante para dar a dimensão do imbróglio no qual a Petrobras se viu envolvida.

Há quase uma década no país, a atividade da Petrobras se resumiu a dois blocos: o 18 e o 31. Ambos estão na Bacia Oriente, localizada na Amazônia equatoriana. A exploração de petróleo na região amazônica do país ocorre há quase um século, já que a primeira concessão data da década de 1930. Desde o início da atividade petroleira, e de forma significativa a partir dos anos 1970, o dito pedaço da floresta sofreu fortes impactos causados pela ingerência externa. Um primeiro aspecto foi a contaminação da água e do solo com o despejo irregular dos produtos frutos da extração do petróleo, sem ter recebido qualquer tratamento anterior. Desde a água superficial, localizada em rios e lagos, às encontradas em lençóis freáticos, sofreram contaminação. Tanto na água quanto na terra a presença de metais e sais é altíssima.

²³ Informação fornecida por Alberto Acosta durante encontro com integrantes do Nossa América em Quito, em julho de 2010.

O ar também não é mais o mesmo, dada a constante emissão de gases poluentes pelas petroleiras.

Por muito tempo os indígenas acreditaram que as piscinas de cor escura deixadas a céu aberto pelas companhias traziam algum tipo de benefício à pele. Assim, desavisados da composição do material, acabaram por contrair doenças. Tais piscinas eram formadas por resíduos tóxicos, produtos da atividade petroleira. Segundo Breda (2011), a empresa Texaco, que chegou à região na década de 1960, escavou aproximadamente mil delas. A exploração também fez aumentar a incidência de câncer na região amazônica, que atinge os 31% da população, número bem superior à média nacional, equivalente a 12,3%. As províncias de Sucumbíos e Orellana, que abrigam a produção petroleira apresentam, contraditoriamente, os maiores índices de pobreza e de analfabetismo funcional (Acosta, 2009).

Esses são apenas alguns números que refletem um pouco da situação vivida pelos povos originários, em décadas passadas e atualmente. Além dos danos físicos causados aos indígenas (além do câncer, infecções gastrointestinais, doenças de pele e respiratórias são comuns no local), os efeitos sociais sofridos por eles são imensuráveis. Muitos foram obrigados a deixar seu território, outros passaram a sofrer discriminação e preconceito por parte dos funcionários das petroleiras. As mulheres passaram a sofrer com a frequência dos abortos espontâneos e com a violência sexual. Como se não fosse suficiente, pelo menos dois povos indígenas, os tetetes e os sansahuaris, foram extintos (Breda, 2011; Acosta, 2009).

E as complicações prosseguem no campo legal. Antes mesmo da Petrobras se envolver em contratos na região, diversos arranjos complexos entre as empresas que antecederam a companhia brasileira foram celebrados. A análise da totalidade da documentação que envolveu tais negociações foge ao escopo desse trabalho, porém alguns pontos devem ser elucidados. De acordo com informe de inspeção da Acción Ecológica²⁴, o bloco 18 foi licitado em 1994 a duas companhias: Empresa Estatal Petróleos del Ecuador (Petroecuador) e Amoco B.V. Esta última abandona o campo em 1997, alegando a falta de rentabilidade como motivo. Sem notificar o Estado, contrariando a *Ley de Hidrocarburos* vigente à época, a Amoco vende suas ações ao consórcio de empresas equatorianas Cayman-Petromnanabí.

Dois anos após a transação, o consórcio se coloca à disposição da Petroecuador, responsável pelo campo Palo Rojo, atual Palo Azul, que se localiza no limite do bloco 18, para verificar a existência ou não do dito campo. A existência de Palo Azul já havia sido

²⁴ **Informe de la inspección realizada al Bloque 18 operado por Petrobras.** Disponível em: <http://www.accionecologica.org/images/2005/petroleo/documentos/inspeccionb18.pdf>

constatada em 1981 e reconfirmada em 1991, pela Corporación Estatal Petrolera Ecuatoriana (CEPE), atual Petroecuador. Portanto, à primeira vista, tal procedimento se mostrava redundante. Mesmo assim, a verificação foi feita em 2000 e um informe técnico foi liberado dando conta de que Palo Azul era, na verdade, unido ao bloco 18, reclassificando-os como campo unificado (Proaño, 2005).

A constatação ao qual o estudo chega é um tanto suspeita por dois motivos principais: primeiro, a produção do Palo Azul é aproximadamente 20 vezes maior do que o encontrado no bloco 18 (Proaño, 2005). E, afinal, não é à toa que a empresa Amoco abandona a exploração do bloco pouco tempo após receber a licitação justamente por esse não ser financeiramente interessante. Em segundo lugar, pelo fato das jazidas abrigarem óleos de diferentes densidades, o que geologicamente não é factível (Gonçalves, 2007). Com a suposta descoberta, contudo, as empresas acordam em explorar em conjunto. No ano seguinte, a *Comisión Cívica de Control de la Corrupción* verifica a insustentabilidade do estudo dando conta da unificação do campo e solicita o rompimento do convênio celebrado entre as empresas. Frente a isso, o consórcio Cayman-Petromnanabí imediatamente vende suas ações a Perez Companc, que seria logo adquirida pela Petrobras argentina em 2002. A extração de petróleo do campo unificado Palo Azul, no entanto, continuou a ocorrer, a despeito do aviso dos funcionários locais a Petrobras sobre tais irregularidades (Proaño, 2005).

As insustentabilidades legais prosseguiram, agora envolvendo diretamente a Petrobras Argentina. Primeiramente, a modificação da razão social de Perez Companc Ecuador para Petrobras Energia Ecuador visava encobrir a venda de ações da Pecom Energia e da Ecuador TLC, de acordo com verificação da Petroecuador²⁵. Para a realização de tal procedimento, o Estado equatoriano deve ser notificado e, emitir parecer autorizando a transação, o que não ocorreu. No ano seguinte foi a vez da Petrobras vender parte do bloco 18 e do bloco 31 à empresa japonesa Teikoku Oil, novamente sem prestar contas ao Estado. Uma verdadeira rede envolvendo altos funcionários do governo, assim como ex-dirigentes da Petroecuador tornaram possível a viabilidade de tais negociações (Gonçalves, 2007).

O outro campo no qual a Petrobras atuou foi o bloco 31.

²⁵ A Petroecuador funciona também como agência reguladora do Estado equatoriano.

Figura 1 – Blocos de Petróleo na Amazônia Equatoriana

Fonte: Ecologistas en Acción

Este, além de ser localizado na Amazônia equatoriana, ainda se encontra dentro do Parque Nacional Yasuní, fundado em 1979 e declarado Reserva Mundial da Biosfera pela UNESCO em 1989 por conta da vasta diversidade da fauna e flora existente em seu interior (UNESCO, 2012). O reconhecimento internacional tem como objetivo contribuir para a preservação do parque frente à necessidade em se proteger tal espaço biológico de significativa importância, visto que a região do parque é reconhecida como a de maior biodiversidade do planeta por hectare.

Em 1999, uma parte do parque foi delimitada e passou a zona intangível, uma forma de categorização que visa dobrar o zelo pela preservação do local. A região também é lar do povo indígena Huaorani, que luta constantemente para manter as petroleiras afastadas de sua terra. Como os huaorani são um povo que vive da colheita de frutos e da caça, o mínimo desequilíbrio do bioma, causado pela presença de pessoas de fora, é suficiente para impactar a sobrevivência da comunidade indígena. Há também na região povos vivendo em isolamento voluntário que, em outras palavras, optaram pelo não contato com os homens brancos.

A maior extensão do bloco 31 se localiza dentro do Parque Yasuní, porém aproximadamente 30% da região delimitada do campo se encontra dentro da Reserva Étnica Huaorani, sendo esse mais um componente de conflito. O bloco 31 foi licenciado para a Petrobras em 2007, a despeito das diversas manifestações contrárias vindas tanto dos huaorani como de ONG's e ambientalistas que temem pelos danos que a exploração

petroleira pode causar a esse espaço de importante biodiversidade. Argumentos relevantes foram levantados pelo grupo contrário, porém dois em especial dizem respeito à postura da Petrobras: o primeiro chama a atenção para o comportamento da empresa no que concerne o bloco 18. Os embaraços jurídicos e ambientais ocorridos nesse campo de certo prejudicaram a imagem da empresa, o que possibilitou que ambientalistas argumentassem que o desrespeito à lei poderia ocorrer da mesma forma no bloco 31. Em segundo lugar, a imagem de empresa sustentável e responsável em sua relação com o meio-ambiente parece ser verdade apenas em território nacional. Já atuante em outros países, a Petrobras age procurando se beneficiar de legislações tolerantes e, por vezes falhas, em proveito próprio. Um exemplo desse comportamento é a atividade de exploração do petróleo no Yasuní e no território indígena, sendo que na legislação brasileira proíbe esse tipo de atividade em áreas como parques nacionais e reservas indígenas ²⁶. Tal postura da empresa abre espaço para críticas quanto ao seu comportamento de duplo padrão, como se a Petrobras tivesse diretrizes diferentes em terreno externo e em solo nacional.

Outro fator que compõe o quadro é a presença do bloco Ishpingo Tambococha Tiputini – ITT justamente na fronteira com o bloco 31. Em 2007, o governo do Equador apresentou ao mundo a Iniciativa Yasuní – ITT. Em linhas gerais, o projeto propõe dividir com a comunidade internacional a responsabilidade da não exploração do petróleo contido no subsolo desses campos frente a uma contrapartida por parte das outras nações: a contribuição em valor monetário a um fundo coordenado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O valor total proposto pelo governo equatoriano corresponde a aproximadamente 50% do que o mesmo ganharia se explorasse a riqueza natural, ou seja, o equivalente a US\$ 3,6 bilhões. O objetivo é que o governo receba a quantia até finais de 2024. O governo justifica a solicitação do valor tendo em vista a necessidade que o país tem de obter recursos. Como já citado, o Equador é um país de economia frágil e dependente, já que parte significativa de sua balança comercial se respalda no setor petroleiro. Os recursos seriam usados para dar continuidade ao plano do governo do país para seu desenvolvimento ²⁷.

A Iniciativa ganhou tanto apoiadores como críticos:

²⁶ **Nova ameaça ao Parque Nacional Yasuní.** Disponível em: http://www.justicaambiental.org.br/_justicaambiental/pagina.php?id=1337

²⁷ **La Iniciativa ITT-Yasuní.** Disponível em: http://www.ecologistasenaccion.org/IMG/pdf/la_iniciativa_itt_yasuni.pdf

Esta Iniciativa ITT constituye un punto de ruptura en la historia ambiental y también es, aunque no exclusivamente una propuesta emblemática para enfrentar en la práctica el calentamiento global. Supera la etapa de los discursos sin propuestas efectivas. Es un paso vigoroso para cuestionar la lógica del desarrollo extrativista (primario-exportador) y simultáneamente, es una opción para construir globalmente el *buen vivir*; entendido como la vida en armonía de los seres humanos consigo mismos y con la naturaleza (ACOSTA, 2009, p – 189).

Já Guillaume Fontaine, professor da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), é reticente quando ao sucesso do projeto. Para ele, o que há é uma crise de governança frente a uma postura esquizofrênica por parte do Estado. Segundo ele, o governo equatoriano concede direitos aos povos indígenas ao mesmo tempo em que outorga licenças à exploração de petróleo na mesma área (informação verbal) ²⁸. Tal postura acaba por minar a credibilidade do Estado perante seu povo e outros países, condição que pode prejudicar a obtenção de aportes para o projeto ITT. Fontaine não é o único a questionar a iniciativa. Parte da mídia equatoriana já deu o empreendimento como fracassado ²⁹.

Em paralelo a Iniciativa Yasuní – ITT formava-se no mesmo ano de 2007 um consórcio de petroleiras para explorar o recurso no bloco ITT. Por meio de um memorando, a Petrobras informou que se juntara a Empresa Nacional del Petróleo (ENAP), do Chile, e a SIC, empresa chinesa, para a atividade de extração de petróleo. A Petrobras se comprometera a atuar de forma a evitar danos ao meio-ambiente ³⁰. O projeto de exploração do campo ITT, contudo, se encontra adormecido, visto que o governo equatoriano prossegue na sua busca por patrocinadores. A primeira proposta era angariar US\$ 100 milhões até 2011, o que acabou por se concretizar. Em finais de 2011, o governo de Correa então anunciou a prorrogação para a arrecadação dos fundos para a Iniciativa Yasuní – ITT até 2014 ³¹, frente ao cumprimento da meta estipulada para aquele ano.

De fato, a forma como o governo lidou com a questão do bloco ITT até o momento não demonstra uma posição clara. A opção em lidar com a questão em duas frentes opostas reforça o argumento de Fontaine (2010) de que o Estado equatoriano não definiu suas prioridades. Uma atitude titubeante não beneficia o governo e pode causar hesitação por parte

²⁸ Informação fornecida por Guillaume Fontaine durante encontro com integrantes do Nossa América em Quito, em julho de 2010.

²⁹ **ITT: fin de una farsa**. Disponível em: <http://www.eluniverso.com/2011/06/20/1/1363/itt-fin-farsa.html>

³⁰ **Petrobras vai explorar área no Equador**. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?page=&cod=366782>

³¹ **Ecuador extiende plazo para la Iniciativa Yasuní-ITT**. Disponível em: <http://www.eluniverso.com/2011/12/30/1/1356/correa-decidio-extender-plazo-iniciativa-yasuni-itt.html>

de eventuais patrocinadores do projeto. Por outro lado, a construção da confiança internacional do país é um processo gradual e os resultados têm surgido como, por exemplo, a obtenção superior a meta estipulada para o ano de 2011. Dificuldades como essas são esperadas se levando em conta a originalidade e a audácia da proposta do projeto.

O que chama a atenção em todo o contexto é a postura da Petrobras em ter persistido na exploração dos blocos 18 e 31. O fato é compreensível se a mesma fosse apenas mais uma empresa privada atuando no exterior. Mas seu caráter estatal a confere uma moralidade em suas ações no cenário internacional que companhias privadas não têm e não se preocupam em ter. Não há como desvincular o peso do Estado brasileiro da marca Petrobras. Não faz sentido o corpo diplomático brasileiro ter como diretrizes de política externa o respeito à soberania das nações e a não ingerência em assuntos domésticos se, na prática, o governo do Brasil, na figura do presidente da República, interviu em diversas ocasiões a favor da empresa.

Apesar de a Petrobras ter acabado por deixar ambos os campos dos quais tinha concessões no país, o bloco 31 em 2008 e o 18 em 2010, suas ações até então merecem serem revistas. A atuação de duplo padrão da empresa, ao agir na conformidade das leis no cenário interno e de forma desrespeitosa às legislações locais quando atuando fora do Brasil, deixa claro sua postura subimperialista no Equador. Mais do que isso: explicitam um traço subimperialista na postura do próprio Estado brasileiro, uma vez que o mesmo é o acionista mais importante da companhia. Segundo Gonçalves (2007), o Estado tem responsabilidade moral em agir de acordo com as leis locais, pois...

Sendo o Estado, por definição, um ente que encarna o próprio sentido do direito, não pode estar implicado em atos ilegais sob pena de perder toda a sua legitimidade. E é exatamente isso que vem acontecendo com a Petrobras no Equador (GONÇALVES, 2007).

Se a empresa incorporasse a responsabilidade que tem ao carregar o nome do Brasil, deveríamos esperar, em realidade, uma atitude de respeito à legislação e ao meio-ambiente do país andino, e não uma postura de caráter predatório e poluidor. Para que a integração regional ocorra de maneira saudável há que existir o respeito mútuo à soberania de cada nação. Ações como essa minam o próprio desejo do Estado brasileiro em ser uma liderança sul-americana. Uma liderança conseguida quase à força, se valendo basicamente de elementos de *hard power*³² pode ser possível, mas pouco desejável e duradouro.

³² Poder duro, tradução livre

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço crítico feito durante o trabalho apresentado buscou, sob um prisma econômico, entender a atuação do Brasil no Equador. Pela complexidade da realidade econômica de ambos os países e sua natural interação, é uma grande responsabilidade afirmar a prática ou não do subimperialismo pelo país, dada as diversas dimensões que o processo abrange. Contudo, frente aos dados levantados e a pesquisa realizada, pode-se concluir alguns aspectos.

Primeiramente, as características de uma potência imperialista conforme retratado por Mauro Marini não correspondem mais à realidade brasileira como correspondia na década de 1970. Isso não quer que o Brasil não seja subimperialista mas que a motivação da expansão rumo a exterior, e à América do Sul em especial, mudou. O mercado estrito, fruto dos salários baixíssimos, não reflete mais o contexto doméstico brasileiro. A projeção brasileira na sub-região segue a lógica de acumulação do sistema capitalista, em busca constante por maiores lucros.

Em segundo lugar, a análise do intercâmbio comercial do Brasil para a América do Sul e outras regiões não demonstra uma preferência pela primeira. Há, em nosso ponto de vista, uma tentativa de diversificar os parceiros comerciais ao contrário de um fluxo significativamente para os países da UNASUL. Mesmo as relações desequilibradas entre Brasil e Equador tem mais relação com o que aquele país pode oferecer ao mercado internacional em termos de produtos do que com uma tentativa brasileira de imperializar o Equador pelas vias comerciais.

Em terceiro plano, os fluxos financeiros demonstram que o capital brasileiro ainda segue em maiores volumes para os países centrais e paraísos fiscais, em detrimento do que se direciona as nações latino-americanas. A esfera financeira também não mostra uma intenção de subordinação da economia equatoriana ao capital brasileiro.

O aspecto que demonstra o que chamamos aqui de subimperialismo é a postura da Petrobras. Por seu caráter estatal, não se pode deixar de considerar o peso do Estado brasileiro na execução de suas diretrizes. Acreditamos ter ficado claro o comportamento predatório adotado pela empresa durante sua permanência no Equador. Apenas esse aspecto, no entanto, não sustenta a afirmação de que país pratica uma política subimperialista no Equador. Em suma, a pesquisa e os dados obtidos até o momento não são suficientes para provar o caráter subimperialista brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

ACOSTA, Alberto. **La Maldición de la Abundancia**. 1º edição. Quito: Abya-Yala, 2009.

_____, Alberto. **Breve história econômica do Equador**. Brasília: FUNAG, 2005.

ARMIJO, Leslie Elliott. BURGESS, Sean W. **Brazil, the entrepreneurial and democratic BRIC**. Polity (32-3497): Northeastern Political Science Association, 2009.

AYERBE, Luis Fernando (org.). **Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul**. São Paulo: UNESP – Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UNESP, Unicamp e PUC-SP, 2008.

BARAN, Paul. SWEEZY, Paul. **Capitalismo monopolista**. 2º edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos do pensamento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BREDA, Tadeu. **O Equador é verde – Rafael Correa e os paradigmas do desenvolvimento**. São Paulo: Elefante, 2011.

CAIRO, Heriberto. **A América Latina nos modelos geopolíticos modernos: da marginalização à preocupação com sua autonomia**. Caderno CRH, v. 21, n. 53, p. 221-237. Maio/Agosto de 2008.

CARDOSO, Fernando Henrique. FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina - Ensaio de interpretação sociológica**. 8º edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CATANI, Afrânio Mendes. **O que é imperialismo**. 9º edição. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CERVO, Amado Luiz. **Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. 2º edição. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____, Amado Luiz. BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 3º edição. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

CYRINO, Álvaro Bruno; Oliveira Jr., Moacir de Miranda; BARCELLOS, Erika Penido. Evidências sobre a internacionalização. In Oliveira Jr., Moacir de Miranda (org.). **Multinacionais brasileiras**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

COSTA, Darc. **Estratégia nacional – a cooperação sul-americana como caminho para a inserção internacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Aristeu de Souza, 2003.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

FONTAINE, Guillaume. **Petropolítica: una teoría de la gobernanza energética**. 1ª edição. Quito: Abya-Yala, 2010.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

FUSER, Igor. **Petróleo e poder: o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico**. São Paulo: UNESP – Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UNESP, Unicamp e PUC-SP, 2008.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 49ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Latino-americanos à procura de um lugar neste século**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

HUNTINGTON, Samuel. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

IANNI, Octavio. **O labirinto latino-americano**. Petrópolis: Vozes, 1993.

LUCE, Mathias Seibel. **O subimperialismo revisado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2007.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética de la dependencia**. 4ª edição. México: Era, 1979.

_____, Ruy Mauro. **Subdesarrollo y revolución**. 8º edição. México: Siglo XXI, 1977.

_____, Ruy Mauro. **Subdesarrollo y revolución**. 3º edição. México: Siglo XXI, 1971.

_____, Ruy Mauro. **La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo**. Cuadernos Políticos, n.12. México: Ediciones Era, abril-junho de 1977

_____, Ruy Mauro. **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Organização e apresentação de Emir Sader. Petrópolis: Vozes, 2000.

MILL, Stuart. **Princípios de economia política**. São Paulo: Abril, 1983. Coleção os Economistas, Volume II.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. In BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos do pensamento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

REGENSTEINER, Renata. **Acumulación de capital, crisis e expansionismo brasileño**. Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestrado em Economia sob a orientação de Ruy Mauro Marini. Facultad Nacional de Economía, Universidad Nacional Autónoma de México. México, setembro de 1980.

SADER, Emir. **Século XX: uma biografia não-autorizada. O século do imperialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia Brasileira Contemporânea – de Getúlio a Lula**. 2º edição. São Paulo: Atlas, 2008.

TANURE, Betania; CYRINO, Álvaro; PENIDO, Érika. Estratégias de internacionalização: evidências e reflexões sobre as empresas brasileiras. In: FLEURY, Afonso; FLEURY, Maria Tereza Leme. **Internacionalização e os países emergentes**. São Paulo: Atlas, 2007.

TOSCANO, Daniella Maria Barandier. **A influência do sistema Petrobras sobre a ação externa do governo de Ernesto Geisel (1974 – 1979)**. Curitiba: Juruá, 2010.

TRASPADINI, Roberta. STEDILE, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini – vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VERSIANI, Flávio Rabelo. A experiência latino-americana de integração e os novos acordos Brasil-Argentina-Uruguai. In, BAUMANN, R.; LERDA, J.C. (org.). **Brasil-Argentina-Uruguai: a integração em debate**. São Paulo e Brasília: Marco Zero e Ed. UnB, 1987.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações internacionais do Brasil – de Vargas a Lula**. 3ª edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

MENEZES, Wagner (org.). **Direito Internacional na América Latina**. Curitiba: Íthala, 2008.

Fontes digitais

A queda recente na desigualdade do Brasil. Disponível em:

<http://www.nuso.org/upload/portugues/2007/Arbix.pdf> Acesso em: 02 de Novembro de 2011.

Ainda sobre os riscos da desindustrialização. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5404. Acesso em 14 de Janeiro de 2012.

ALICEWEB. “Consultas Importação – 1989 a 1996 e 1997 a 2012”. Disponível em: <http://aliceweb2.mdic.gov.br/>. Acesso em 12 de Fevereiro de 2012.

ALICEWEB. “Consultas Exportação – 1989 a 1996 e 1997 a 2012”. Disponível em: <http://aliceweb2.mdic.gov.br/>. Acesso em 12 de Fevereiro de 2012.

AYALA MORA, Enrique. **Resumen de Historia del Ecuador**. Universidad Andina Simón Bolívar. Quito, 1999. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/14173572/Enrique-Ayala-Mora-Resumen-de-Historia-del-Ecuador>

BANCO CENTRAL DO BRASIL. “Capitais brasileiros no exterior – resultados – 2001 a 2006”. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br>. Acesso em 23 de Março de 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. “Capitais brasileiros no exterior – resultados – 2007 a 2010”. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br>. Acesso em 23 de Março de 2012.

China se torna principal parceiro comercial do Brasil. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=5¬icia=9041> Acesso em 08 de Abril de 2011.

CIA FACTBOOK. “South America”. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/br.html>. Acesso em 08 de Janeiro de 2011.

CIA FACTBOOK. “Country Ecuador”. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ec.html>. Acesso em 01 de Março de 2012.

Ecuador da por terminados contratos com Petrobras y logra acuerdo con Repsol. Disponível em: <http://www.elmercurio.com.ec/260087-ecuador-da-por-terminados-contratos-con-petrobras-y-logra-acuerdo-con-repsol.html>. Acesso em 04 de Outubro de 2011.

Ecuador extiende plazo para Iniciativa Yasuní-ITT. Disponível em: <http://www.eluniverso.com/2011/12/30/1/1356/correa-decidio-extender-plazo-iniciativa-yasuni-itt.html>. Acesso em 15 de Janeiro de 2012.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA Disponível em: <http://www.embrapa.br/>. Acesso em 02 de Janeiro de 2011.

Fitch eleva ratings do Brasil para ‘BBB’. Disponível em: <http://www.fitchratings.com.br/publications/4589> Acesso em 15 de Abril de 2011.

FUSER, Igor. **A Petrobras e os conflitos por recursos na América do Sul.** Trabalho apresentado no 27º Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS), em Guadalajara, México, agosto de 2007.

GONÇALVES, Carlos Walter. **A luta pela reapropriação social dos recursos naturais na América Latina: o caso da Petrobras no Equador.** 2007. Disponível em: www.justicaambiental.org.br/justicaambiental/pagina.php?id=1773 Acesso em: 05 de Fevereiro de 2012.

ITT: Fin de una farsa. Disponível em: <http://www.eluniverso.com/2011/06/20/1/1363/itt-fin-farsa.html>. Acesso em 19 de Março de 2012.

La Iniciativa ITT-Yasuní. Disponível em: http://www.ecologistasenaccion.org/IMG/pdf/la_iniciativa_itt_yasuni.pdf. Acesso em 18 de Março de 2012.

MALAMUD, Andrés. A leader without followers? The growing divergence between the regional and global performance of Brazilian foreign policy. Disponível em: http://www.eui.eu/Personal/Researchers/malamud/laps_53_3_Malamud.pdf

Nova ameaça ao Parque Nacional Yasuní. Disponível em: http://www.justicaambiental.org.br/_justicaambiental/pagina.php?id=1337. Acesso em 20 de Novembro de 2011.

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/odm/>. Acesso em 15 de Março de 2011.

OCP. “Quien somos”. Disponível em: http://ocpecuador.com/index.php?option=com_content&view=article&id=65&Itemid=60&language=es. Acesso em 16 de Fevereiro de 2012.

Para analistas, Brasil se afirma no cenário global mesmo com sanções ao Irã. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/06/100609_iraanalistas_ac.shtml. Acesso em 06 de Janeiro de 2011.

PETROBRAS. Disponível em <http://www.petrobras.com.br/pt/>. Acesso em 20 de Janeiro de 2012.

Petrobras vai explorar área no Equador. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?page=&cod=366782>. Acesso em 02 de Abril de 2012.

PFRIMER, Matheus Hoffman. A Guerra da Água em Cochabamba, Bolívia: a desconstrução de um conflito. 2008. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT12-850-976-20080513215826.pdf>. Acesso em: 02 de Março de 2012.

PNUD. “Desenvolvimento Humano e IDH”. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/idh/>. Acesso em 20 de Abril de 2012.

PORTAL BRASIL. Disponível em: <http://www.portalbrasil.net/>. Acesso em 06 de Agosto de 2011.

PROAÑO, Jose. Informe de la inspección realizada al Bloque 18 operado por Petrobras. Disponível em <http://www.accionecologica.org/images/2005/petroleo/documentos/inspeccionb18.pdf>. Acesso em 18 de Março de 2012.

Quarto Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/odm/>. Acesso em 22 de Março de 2011.

RIBEIRO, Fernanda Cecília Ferreira. Estratégia Internacional da Petrobras: estudo de caso da aquisição da Perez Companc na Argentina. Dissertação (Mestrado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

ROSA, Sérgio Eduardo; GOMES, Gabriel Lourenço. Pico de Hubbert e o futuro da produção mundial de petróleo. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V.11, N.22, P.21-29, Dez 2004. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev2202.pdf. Acesso em: 18 de Março de 2012.

SINGER, Paul. De dependência em dependência: consentida, tolerada e desejada. **Estud. av.**, São Paulo, v. 12, n. 33, Aug. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141998000200008&lng=en&nrm=iso.

SOUZA, Nilson Araújo de. Os Negócios Internacionais da Petrobras. Revista Belas Artes, v. 1, p. 7, 2010. Disponível em: <http://www.belasartes.br/revistabelasartes/>

UNDP. “Human Developments Report”. Disponível em: <http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage.html>. Acesso em 20 de Novembro de 2011.

UNESCO. Biosphere Reserve Information – Yasuní. Disponível em: <http://www.unesco.org/mabdb/br/brdir/directory/biores.asp?code=ECU+02&mode=all>. Acesso em 18 de Março de 2012.

Disponível em: <http://www.justicaambiental.org.br/justicaambiental/pagina.php?id=1337>.
Acesso em: 20 de Janeiro de 2012

WORLD BANK. Disponível em <http://data.worldbank.org/country/brazil>. Acesso em 20 de Janeiro de 2012.